

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Gestão Pública

LUIS FILIPE OLIVEIRA SANTOS

**LAZER E ESPORTE EM PERSPECTIVA:
UMA ANÁLISE SOBRE ESPAÇOS PÚBLICOS NA REGIONAL PAMPULHA –
BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte

2017

Luis Filipe Oliveira Santos

LAZER E ESPORTE EM PERSPECTIVA:

Uma análise sobre espaços públicos na Regional Pampulha – Belo Horizonte

Trabalho de conclusão de curso apresentado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Gestão Pública.

Orientadora: Telma Maria Gonçalves Menicucci

Belo Horizonte

2017



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Gestão Pública
Belo Horizonte – MG - Avenida Antonio Carlos, 6627 – Campus da UFMG

**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO –
TCC**

No dia 14 de Julho de 2017, reuniu-se a banca examinadora constituída pelos(as) professores(as):

Telma Maria Gonçalves Memucaca
do Departamento de Ciência Política e

Eduardo Moreira da Silva
do Departamento de Ciência Política

para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de Gestão Pública do(a) aluno(a):

Luiz Filipe Oliveira Santa

Nº de Matrícula

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | 0 | 1 | 2 | 0 | 6 | 3 | 0 | 7 | 6 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

Sob o título: LAZER E ESPORTE EM PERSPECTIVA: UMA ANÁLISE
SOBRE ESPAÇOS PÚBLICOS NA REGIONAL PAMPULHA - BELO HORIZONTE

Aberta a sessão pelo presidente (orientador) da banca, o(a) aluno(a) fez a apresentação do TCC e foi argüido pelos membros da banca que deliberaram pela aprovação (aprovação/reprovação) do TCC e atribuíram a seguinte nota e conceito ao trabalho:

Nota: Conceito:

Observações da banca (se houver):

Para constar, foi lavrada a presente ata datada e assinada pelos membros da banca:

Belo Horizonte, 14 de Julho de 2017

J. Maricini
Professor(a) orientador(a)

Eduardo Moreira da Silva
Professor(a) convidado

*“Dedico este trabalho à minha mãe e
a minha namorada: fiéis aliadas do
meu progresso. ”*

*“Toma conselhos com o vinho, mas
toma decisões com a água.”*

Benjamin Franklin

RESUMO

Este trabalho pretende estudar as questões que envolvem o esporte e o lazer, sinalizando a importância e fomentando o protagonismo do Estado em assumir seu papel constitucional de desenvolvimento dessas atividades para a sociedade. O objetivo principal do trabalho é a elaboração de um projeto de intervenção com vistas à ampliação de espaços públicos de esporte e lazer na Regional Pampulha, em Belo Horizonte, atendendo especialmente à população de baixa renda. O problema inicial diagnosticado foi o baixo número desses espaços que, por sua vez, provocam uma dificuldade de acesso e afastamento por parte da população de baixa renda da prática de atividades físicas, de lazer e de esporte. A metodologia auxiliar da árvore de problemas foi utilizada no diagnóstico da situação-problema e no planejamento do projeto que, em seguida, foi complementado pela metodologia do marco lógico, propondo o resumo do plano de intervenção.

Palavras-chave: Método do quadro lógico; projetos; política pública; lazer e esporte; espaços públicos; árvore de problemas; projeto de intervenção.

ABSTRACT

This research intent to study questions involving sports and leisure, showing the importance and fostering the State to get on its constitutional attribution on development of these activities for society. The main objective of this research consists on the elaboration of an intervention Project to expansion of public sports and leisure spaces in the Pampulha Regional, in Belo Horizonte, that objectives the use especially by low income population. The initial problem diagnosed was the lack of these spaces, which, on consequence, causes a difficulty of access and constitute a barrier the low-income population to the practice of physical, leisure and sports activities. The problem tree was used as a auxiliary methodology on the diagnosis of the problem situation and in the project planning, which was then complemented by the logical framework methodology, proposing the sketch of the intervention plan.

Keywords: Logical framework method; project; public policy; leisure and sport; public spaces; problem tree; intervention project

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|--------------|-------------------------------------------------------------|
| APCBH | Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte |
| BH | Belo Horizonte |
| CEMEL | Centro de Memória do Esporte e do Lazer |
| CF | Constituição Federal |
| CLT | Consolidação das Leis do Trabalho |
| CME | Conselho Municipal de Esportes |
| DPP | Domicílios Particulares Permanentes |
| EBAPE | Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da |
| EEP | Espaços Esportivos Públicos |
| EPT | Esporte para Todos |
| FGV | Fundação Getúlio Vargas |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IDHM | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal |
| IEP | Indicador de Instalações Esportivas Públicas |
| IMDE | Índice Mineiro de Desenvolvimento Esportivo |
| ISA | Índice de Salubridade Ambiental |
| IVS | Índice de Vulnerabilidade Social |
| ME | Ministério do Esporte |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |

| | |
|---------------|-----------------------------------------------------------------|
| MG | Minas Gerais |
| MOBRAL | Movimento Brasileiro de Alfabetização |
| MTIC | Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio |
| PBH | Prefeitura de Belo Horizonte |
| PELC | Programa Esporte e Lazer da Cidade |
| PMDI | Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| QL | Quadro Lógico |
| SEEJ | Secretaria de Estado de Esportes e Juventude |
| SMAE | Secretaria Municipal Adjunta de Esporte |
| SMAES | Secretaria Municipal Adjunta de Esportes |
| SMAL | Secretaria Municipal Adjunta de Lazer |
| SMCITE | Secretaria Municipal de Cultura, Informação, Turismo e Esportes |
| SMCTE | Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes |
| SMEL | Secretaria Municipal Adjunta de Esporte e Lazer |
| SMES | Secretaria Municipal de Esportes |
| SRO | Serviço de Recreação Operária |
| TGC | Territórios de Gestão Compartilhada |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| USAID | United States Agency for International Development |

FIGURAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| FIGURA 1: RETROSPECTIVA EM RESUMO | 18 |
| FIGURA 2: POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE EM RETROSPECTIVA..... | 23 |
| FIGURA 3: CONTORNO DA LAGOA E PRINCIPAIS PONTOS TURÍSTICOS | 26 |
| FIGURA 4: ANÚNCIO NO JORNAL ESTADO DE MINAS – DOMINGO, 21 DE OUTUBRO DE 1962 | 28 |
| FIGURA 5: MAPA DE BELO HORIZONTE E SUAS REGIONAIS DE ACORDO COM OS RESULTADOS ALCANÇADOS PELO IEP | 35 |
| FIGURA 6: DISTRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS ESPORTIVOS PÚBLICOS NA REGIONAL PAMPULHA | 36 |
| FIGURA 7: ESPAÇO ESPORTIVO ENGENHO NOGUEIRA | 37 |
| FIGURA 8: POTENCIAL DE OCUPAÇÃO X RESTRIÇÕES AMBIENTAIS | 39 |
| FIGURA 9: TERRITÓRIOS DE GESTÃO COMPARTILHADA DE BELO HORIZONTE..... | 41 |
| FIGURA 10: TERRITÓRIOS DE GESTÃO COMPARTILHADA NA REGIONAL PAMPULHA E OS ESPAÇOS ESPORTIVOS | 42 |
| FIGURA 11: ROTA ENTRE OS BAIROS BANDEIRANTES E URCA | 45 |
| FIGURA 12: ÁRVORE DE PROBLEMAS | 48 |
| FIGURA 13: LOCAL DA INTERVENÇÃO..... | 53 |
| FIGURA 14: BAIRRO SERRANO | 57 |
| FIGURA 15: LOCAL DA IMPLEMENTAÇÃO..... | 57 |
| FIGURA 16: LOCAL DA IMPLEMENTAÇÃO 2..... | 58 |
| FIGURA 17: PROTÓTIPO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO..... | 59 |

TABELAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| QUADRO 1: INDICADORES POR DIMENSÃO DO IMDE..... | 33 |
| TABELA 2: INDICADOR DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS PÚBLICAS | 34 |
| TABELA 3: ESPORTIVAS ESPORTIVOS PÚBLICOS POR <i>Km</i> ² | 38 |
| TABELA 4: DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (DPP), RENDIMENTO E RENDIMENTO MÉDIO PER CAPITA DOS MORADORES POR TERRITÓRIO DE GESTÃO COMPARTILHADA (TGC) DA REGIONAL PAMPULHA – BELO HORIZONTE (2010)..... | 43 |
| TABELA 5: ESTRUTURA DO QUADRO LÓGICO..... | 51 |
| TABELA 6: COMPOSIÇÃO FINANCEIRA DO EMPREENDIMENTO..... | 59 |

SUMÁRIO

| | | |
|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. | INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 2. | LAZER E ESPORTE..... | 5 |
| | 2.1. LAZER, MERCADO E ESTADO | 6 |
| | 2.2. O ESPORTE COMO MANIFESTAÇÃO DO LAZER..... | 9 |
| | 2.3. O ESPORTE E LAZER NO BRASIL: UMA RETROSPECTIVA | 13 |
| 3. | POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE | 21 |
| | 3.1. DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER PELA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE | 21 |
| | 3.2. REGIONAL PAMPULHA: ESPORTE E LAZER COMO FIO CONDUTOR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL..... | 25 |
| 4. | DIAGNÓSTICO..... | 30 |
| | 4.1. ÍNDICE MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO - IMDE . | 31 |
| | 4.2. ESPAÇOS ESPORTIVOS PÚBLICOS NA REGIONAL PAMPULHA POR Km2 | 36 |
| | 4.3. A DISTRIBUIÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER NOS TERRITÓRIOS DE GESTÃO COMPARTILHADA DA REGIONAL PAMPULHA | 40 |
| 5. | PROJETO DE INTERVENÇÃO..... | 46 |
| | 5.1. ÁRVORE DE PROBLEMAS..... | 47 |
| | 5.2. MARCO LÓGICO..... | 49 |
| | 5.2.1. O QUADRO LÓGICO..... | 50 |
| | 5.2.2. DESCRIÇÃO DO PROJETO..... | 52 |
| | 5.2.2.1. JUSTIFICATIVA..... | 53 |
| | 5.2.2.2. OBJETIVO | 54 |
| | 5.2.2.3. PÚBLICO ALVO..... | 54 |

| | |
|------------------------------------|----|
| 5.2.2.4. RESULTADOS PREVISTOS..... | 54 |
| 5.2.2.5. IMPLEMENTAÇÃO | 56 |
| 5.2.2.6. ORÇAMENTO..... | 59 |
| 5.2.2.7. CRONOGRAMA..... | 60 |
| 6. CONCLUSÃO | 61 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 63 |
| ANEXOS | 67 |

1.INTRODUÇÃO

A temática do lazer, nos dias de hoje, encontra-se enraizada no cotidiano das pessoas através de suas inúmeras manifestações e repercussões que provoca. Vaz (2006) foi muito perspicaz ao afirmar que:

O lazer é hoje um tema importante em várias esferas sociais, a ponto de haver se tornado não apenas corriqueira, mas inquestionável, a sua abordagem. Ele comparece nos receituários de autoajuda de livros e revistas para empresários que pretendem ser bem-sucedidos; nos diversos cadernos de bem-estar dos jornais; no atletismo acadêmico que nele encontrou um tema de investigação, produção de *papers* e congressos; nos planos de administração pública ou, dito de outra forma, nas propagandas de governo. (VAZ, 2006, p.20)

No Brasil, historicamente, os Estudos do Lazer têm analisado diferentes experiências buscando demonstrar que a ocupação do tempo livre de crianças e jovens com “atividades lúdicas organizadas”, “lazer planejados” e “esportes dirigidos” distanciam ou adiam o envolvimento delas com as drogas e a criminalidade. A percepção do cidadão médio de que o esporte e lazer são remédios para todos os males está bastante disperso em nossa sociedade, porém para Santos e Isayama (2014, p.64), é preciso cautela com “correlações de causa e efeito, ou seja, de que o aumento da oferta de lazer, por si só, melhora as condições de vida das pessoas, afastando-as dos problemas cotidianos”. Não se deve, assim, assumir de forma simples essa relação e cabe às pesquisas se ater a ciência para evitar difusões falaciosas.

Segundo Santos e Isayama (2014, p.64), “o lazer é um fenômeno social e de potencial transformador, porém, ao mesmo tempo em que influencia é influenciado pela sociedade que o gerou e o gerencia”. Para Padilha (2002), utilizar o lazer isoladamente como instrumento de combate a violência, ou outros males sociais, sem alterar variáveis que afetam a dinâmica do indivíduo na sua esfera social seria paliativo e pouco efetivo.

O lazer é contraditório como a própria vida e a sociedade; se pode de alguma maneira humanizar, educar e promover a paz, também pode desumanizar, deseducar e promover a violência. Por isso, nas relações sociais, pode tanto reforçar uma sociedade autoritária e desigual quanto despertar a transformação dos valores para uma sociedade democrática e igualitária. Cremos que o lazer tem o potencial de aguçar nos sujeitos a consciência crítica e a capacidade de tomada de decisões, interferindo, com isso, no campo político, econômico e social. (SANTOS e ISAYAMA, 2013, p. 64)

Marcellino (2006) afirma que o lazer se apresenta nos dias de hoje como parte de um conjunto de problemas essencialmente urbanos, oriundos das metrópoles e cidades com grandes aglomerações. E é justamente nessas metrópoles que o lazer e o esporte (esse último quando posto na sua dimensão recreativa) têm papéis ainda mais relevantes na melhoria da qualidade de vida, do bem-estar e da saúde das pessoas. Convergente ao raciocínio formulado por Marcellino, Goldmann (1974) afirmar que

[...] ao oferecer para os indivíduos o conhecimento de si mesmo e contribuir para a tomada de consciência, o lazer torna-se um tempo espaço indispensável na vida cotidiana, ramo do saber que faz pensar, contrapondo o trabalho alienado e o consumo acrítico da indústria do entretenimento. (Goldmann, 1974, apud SANTOS e ISAYAMA, 2014, p. 64)

No Brasil, contudo, o Estado teve tímida atuação na área durante várias décadas, deixando que o mercado ocupasse os espaços desse setor que se tornou um grande polo mercadológico e dinâmico da economia mundial, segundo Werneck (2001). Todavia a partir da promulgação da Constituição Federal, no ano de 1988, a acomodação do Estado frente às demandas sociais teve de ser revista. O lazer passou a ocupar posição de destaque no texto constitucional, juntamente com o esporte (art. 217 da CF 1988), tornando a entrega desses novos direitos em condicionantes de cidadania.

Alinhado a esses novos desafios e em busca da garantia do direito ao lazer, particularmente na sua manifestação relacionada ao esporte, proponho, nesse trabalho, o desenvolvimento de um projeto de intervenção governamental que vise, por meio da elaboração de uma política pública, o acesso da população de baixa

renda a equipamentos e espaços esportivos públicos de esporte e lazer. Esse projeto de intervenção tem como ponto de partida a Regional Pampulha¹, no município de Belo Horizonte e terá como objetivo principal reequilibrar a oferta de espaços públicos para o esporte recreativo e a promoção do lazer, hoje em dia concentrados essencialmente nos grandes clubes e centros privados.

Esse reequilíbrio de infraestrutura está assentado na lógica de que a população, a partir do momento que tenha acesso a espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer terá as condições mínimas e básicas para motivar-se a realizar a prática esportiva, em suas várias manifestações. Segundo a Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte (1999) tal prática esportiva ocorre por meio de atividades físicas que, por sua vez, favorece o cultivo de uma vida saudável. Existe uma relação causal benéfica entre esses fatores que deve ser propiciado a população pelo Estado.

A metodologia que será utilizada nesse projeto de intervenção estará baseada no Marco Lógico. Ele é um instrumento que busca facilitar as decisões sobre o projeto e propõe que os pontos mais relevantes da intervenção sejam alocados em uma tabela, chamada de Quadro Lógico (QL), com a finalidade de proporcionar um sequenciamento lógico, simples e metódico. Além dela, utilizaremos metodologias auxiliares na determinação de uma situação-problema e que contribuirão para um melhor direcionamento dos elementos na composição do quadro.

A opção de elaboração de um projeto de intervenção como trabalho de conclusão do curso de Gestão Pública se justifica por ser um exercício prático que permite refletir sobre os desafios que a gestão pública real impõe aos gestores ao longo de sua atuação cotidiana. A identificação de problemas, a realização de um diagnóstico sobre eles e busca da transformação positiva de um determinado cenário é, sem dúvida, uma missão que os burocratas, entendidos aqui como os gestores públicos, têm no seu dia-a-dia. Esse exercício, em escala menor, ajuda a ter a dimensão da provocação que a profissão impõe e convida para o debate pautado nos desafios da formulação e implementação de políticas públicas.

O trabalho é composto por seis capítulos, incluída essa introdução. No segundo

¹ Belo Horizonte está subdividida administrativamente em nove regionais, são elas: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova. Essas regionais são espécies de subprefeituras que ficam encarregadas de implementar as políticas públicas locais.

capítulo são apresentados os fundamentos do lazer e do esporte, suas relações com o mercado e o Estado, além de um apanhado histórico das políticas públicas desenvolvidas no país.

No terceiro capítulo iniciamos uma discussão sobre o desenvolvimento das políticas de esporte e lazer na cidade de Belo Horizonte, adentrando especialmente na Regional Pampulha.

O quarto capítulo trata do diagnóstico do trabalho, apresentando indicadores quantitativos e socioeconômicos da Regional Pampulha e conhecendo um pouco mais sobre a infraestrutura de esporte e lazer disponível no local.

Já no quinto capítulo detalhamos o projeto de intervenção que pretendemos desenvolver.

O sexto e último capítulo compreende as considerações finais do trabalho.

2.LAZER E ESPORTE

O termo lazer possui grande abrangência e até por isso sua definição é complexa. Mas afinal, como definir lazer? Tomemos como base as referências teóricas que fundamentam o olhar sobre esse objeto.

Segundo Menicucci (2006, p.158), “o lazer é um conceito amplo, que pode incluir um conjunto diversificado de atividades como também de não atividades (ócio), podendo ainda estar imbricado ou associado com outras atividades não necessariamente de lazer”, englobando diferentes manifestações. Ainda para essa autora, “do ponto de vista setorial e organizacional, no contexto das organizações governamentais, pode estar associado à educação, cultura, turismo, esporte, recreação e etc.” (p.158) Decorre daí que o trabalho de delimitar esse conceito é complexo, ou mesmo inexecutável, pela carga subjetiva que o conceito de lazer carrega. Todavia, Munhoz (2008) oferece um ponto de partida conceitual para a reflexão teórica e prática relativa ao lazer, segundo o qual

[...] lazer é compreendido como dimensão cultural que se localiza, na maioria das vezes, no tempo isento das obrigações pessoais, podendo ser vivenciado por meio de um número indeterminado de experiências práticas ou contemplativas que são escolhidas pelos sujeitos com o objetivo primordial de se buscar o prazer, independente de recompensas materiais, políticas ou de outra ordem. (MUNHOZ, 2008, p.61)

Essa definição segue convergente com a concepção de lazer fundamentada por um dos principais sociólogos e estudiosos da área, o francês Joffre Dumazedier (2001), que afirma que:

O lazer é o conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2001, p.34)

Para Munhoz (2008, p. 62), o lazer parte de uma ação relacionada à vivência do ócio ou atividades que se encaixam em pelo menos um dos seis grupos de interesse do lazer – físico, social, intelectual, turístico, manual e artístico – independentemente de serem vivenciadas de formas práticas ou contemplativas.

Munhoz (2008, p. 86) verificou em sua pesquisa, a partir de entrevistas, a existência de um difundido senso comum que diferencia o lazer de outras práticas. Destaca ainda a divergência estigmatizante que o senso comum estabelece entre a cultura e o lazer, o que leva muitas vezes o cidadão médio a associar a cultura à reflexão, à construção do conhecimento, enquanto que o lazer é frequentemente associado à falta de compromisso com o pensar. Rebatendo os conceitos de lazer estigmatizados no senso comum, Melo e Alves Junior (2003, p. 34, apud Munhoz, 2008, p. 88) afirmam que “lamentavelmente, construiu-se em nossa sociedade um conceito equivocado de lazer que o identifica como algo alienado, algo para ‘parar de pensar na vida’”. Diante disso, eles asseguram que conhecer e pensar também podem ser atividades vivenciadas no tempo de lazer, sem que isso signifique ferir a perspectiva de prazer ou transformar esses momentos em experiências chatas.

Linhares *et al* (2008, p. 14) afirmam que o lazer constitui uma dimensão da vida social que foi gradativamente incorporada como forma moderna de expressão cultural, capaz de agregar valores e produzir sentidos e significados para aqueles que dela participam, direta ou indiretamente. Por ter facilidade de associação com ações de cultura, esporte, educação, entre outras e despertar sensações memoráveis em quem o desfruta, é uma atividade que despertou interesses econômicos. Na mesma linha, Munhoz (2008, p.65) aponta que no Brasil, do ponto de vista do mercado, o lazer é um setor que apresenta considerável crescimento, com um número crescente de produtos e serviços oferecidos como possibilidades de entretenimento e diversão.

2.1.LAZER, MERCADO E ESTADO

O trato com o esporte e o lazer nas últimas décadas tem sofrido significativas transformações. Werneck (2001, apud Munhoz, 2008, p.65) expõe uma visão

mercadológica acerca do lazer, evidenciando os componentes básicos que geram a cadeia produtiva do setor, abrangendo o turismo, entretenimento, hotelaria, alimentação, transporte e ecologia. Para ele, o lazer é um dos segmentos mais promissores da economia mundial do século XXI. Munhoz (2008) tende a ir pelo mesmo caminho ao analisar o período recente da indústria do lazer como o melhor já registrado no Brasil. Para ela:

O *boom* da indústria do lazer que vem sendo verificado nas décadas recentes, como o aumento do número de *shopping centers* e de parques temáticos instalados no Brasil; o crescimento de grandes festas, como a Festa do Peão de Barretos; o investimento na estrutura turística de algumas cidades, como Caldas Novas e Campos do Jordão; além das academias de ginástica que ganham fisionomia de *shopping centers*; dos complexos de cinema; das casas de show e boates; entre outros. (MUNHOZ, 2008, p. 65)

Não é apenas por se apresentar como um setor promissor e dinâmico da economia que o lazer é visto de modo positivo pela sociedade contemporânea. Segundo Goldmann (1974, apud Santos e Isayama, 2014, p. 64), o “momento” do lazer traz ao indivíduo uma oportunidade única de reflexão sobre si próprio, cooperando para a tomada de consciência, estimulando o “pensar” e contrapondo o consumo acrítico da indústria do entretenimento.

Apesar de todas as benesses, esse mercado apoia-se na lógica do lucro e, por isso, não tem se mostrado capaz de atender a toda a população brasileira, apesar de ter um número cada vez maior de produtos e serviços. Em virtude disso, destaca-se a necessidade de democratização do acesso a oportunidades de lazer, criando outra via a partir da atuação do Estado, e não unicamente o acesso via mercado.

No Brasil, o lazer passou a ocupar legalmente, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, no seu artigo 6º, posição de destaque, sendo mencionado como um dos direitos sociais, o que torna a sua efetiva entrega uma condicionante de cidadania. Isso, na prática, imputa responsabilidade ao Estado em promover políticas públicas que concedam a população o acesso a ações de lazer.

Os direitos sociais, elencados na Constituição, são absolutamente necessários nas sociedades atuais, pois visam reduzir as assimetrias provocadas pelo mercado,

garantindo um mínimo de bem-estar para os indivíduos, independentemente de seu status econômico. O conjunto de direitos sociais, se garantidos adequadamente aos cidadãos, estendem o sentimento de pertencimento a comunidade por aqueles que os gozam, não os marginalizando ou excluindo. Dessa maneira, para Munhoz (2008, p. 64) a cidadania social conecta-se com a oportunidade de fruição de bens e serviços públicos, reduzindo a submissão do indivíduo às regras do mercado, “promovendo o que Esping-Andersen (1991, apud Munhoz, 2008, p. 64) analisa como *desmercantilização* do status dos indivíduos”. Menicucci (2006) converge com essa reflexão ao citar que:

[...] se a hegemonia dos mercados provocou uma vinculação entre as relações monetárias – que incluem a mercantilização das pessoas por meio da venda da força de trabalho – e o bem-estar individual, os direitos sociais podem agir na contramão desse processo provocando um afrouxamento do *status* de mercadoria, já que contribuem para a emancipação dos sujeitos em relação ao mercado. (MENICUCCI, 2006, apud MUNHOZ, 2008, p. 64)

Os direitos sociais, portanto, operam consequências essenciais no estado brasileiro, forçando-o a se impor como principal ator em prol da viabilização de políticas sociais voltadas ao lazer. Para Munhoz (2008), conclui-se que o fato de o lazer ser um direito social traz como consequência o reconhecimento de sua importância como condição para o bem-estar e a vivência digna. Isso ajuda a compreender a importância do lazer como direito social e o papel do Estado na garantia de sua efetivação.

A partir do registro formal do lazer como direito social, a concretude da cidadania passa a se relacionar à garantia pelo Estado desse direito por meio de políticas públicas. O lazer agora figura com o mesmo grau de importância daquelas políticas públicas “tradicionais”, entre as quais estão a habitação, a educação e a alimentação. Munhoz (2008), no entanto, afirma perceber que, de maneira geral, essa área é uma das menos desenvolvidas na administração pública brasileira. Como existem muitos problemas de natureza emergencial, que expõe as pessoas a risco de vida, ainda nos dias de hoje, o fundamento que se aplica é o da sobrevivência, e não da qualidade de vida.

Parece haver, não apenas no Estado, mas na sociedade em geral, certa dificuldade em compreender o lazer como uma área de atuação dos governos. Porém, para o alcance de um estado de bem-estar da população, seria necessário buscar a efetivação não apenas de alguns, mas de todos os direitos de cidadania. (MUNHOZ, 2008, p. 68)

A importância do lazer é frequentemente ignorada pelas pessoas quando colocada frente a frente a outros problemas. Marcelinno (2001) define essa situação através do que convencionou chamar de pouca “ressonância social do lazer”. Para ele, as pessoas subestimam a importância do lazer nas suas vidas, sempre a deixando nas últimas posições em uma escala de prioridade. Muito disso é em virtude da pouca ressonância social do lazer, ainda não visto como um direito social.

Podemos afirmar, com segurança, que os direitos mínimos para o ser humano viver com dignidade ainda não foram efetivamente garantidos ao cidadão pelo estado brasileiro. Isso provoca no cidadão uma escolha entre direitos, daqueles que são considerados mais essenciais para os menos essenciais, descrito por Marcelinno (2001) como a “hierarquia de necessidades”. Segundo ele, quando se convive diretamente com as pessoas pode-se ver, claramente, a importância do lazer, como busca de significado para as suas vidas.

Para Melo (2005), saúde, educação, trabalho, residência, etc. são, de fato, questões fundamentais, todavia não são nem menos nem mais importantes que lazer, esporte, cultura, diversão que são de grande relevância para uma vida de qualidade.

Como mencionado anteriormente, o lazer possui diversas manifestações, que podem se externar por meio da cultura, educação, recreação e etc... Dentre essas múltiplas, daremos destaque, de agora em diante, para o esporte recreativo, que se distingue do esporte de alto rendimento pela liberdade da prática e inexistência de obrigações.

2.2.O ESPORTE COMO MANIFESTAÇÃO DO LAZER

Segundo Bracht (1997, apud Souza, 2012, p.731), “o esporte, em praticamente todas as sociedades, é uma das práticas sociais de maior unanimidade quanto a sua legitimidade social”. Por meio dele as pessoas desenvolvem capacidades, habilidades e competências. O esporte também solicita ao praticante, de acordo com Greco *et al* (2009, p.2), “comportamentos, atitudes, valores, ética, moral, ou seja, aspectos de personalidade que contribuem para formar o conceito de cidadania”.

Isso posto, tratarei o esporte com definição convergente àquela adotada por Barbanti (2006, p. 57, apud Silva *et al.*, 2012,p. 82), para quem

“O esporte é uma atividade competitiva institucionalizada que envolve esforço físico vigoroso ou o uso de habilidades motoras relativamente complexas, por indivíduos, cuja participação é motivada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos”. (BARBANTI, 2006, p. 57)

Nos grandes centros urbanos e inclusive no interior do país vimos que as políticas públicas desenhadas com a finalidade de promover o lazer estão, majoritariamente, articuladas com o esporte. Segundo Isayama *et al.* (2014, p. 326), o esporte, quando posto na sua dimensão recreativa, “encontra no lazer uma possibilidade concreta de expressão”. Ele, sem o sentido performático, pode e deve ser utilizado como meio de lazer pela população, pois se “apresenta como uma possibilidade de ser vivenciado por todos os que procuram, seja na forma de prática ou de fruição do espetáculo”.

O esporte, então vinculado ao lazer, pode desempenhar duas importantes funções sociais: a concretização de direitos sociais e a busca contínua pela qualidade de vida, atuando como catalisador de boas práticas. Além de contribuir para a formação humana, o esporte e o lazer “se consolidam como importante meio de promoção da saúde, da integração social, da indução ao turismo, da movimentação econômica e da prevenção à marginalização social, à criminalidade e à violência”, segundo relatório do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (PMDI-MG, 2016, p. 445) ². De acordo com o Núcleo de Estudos da Saúde da Previdência

² O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) é um instrumento de planejamento em longo prazo do Estado de Minas Gerais e visa promover o desenvolvimento socioeconômico integrado e tecnológico do Estado.

e Assistência Social da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV), para cada R\$1,00 investido em esporte no Brasil, há um retorno de R\$8,59 em “alavancagem social³”.

No artigo *“Políticas de esporte e projetos sociais: impactos nos processos de subjetivação dos jovens”* publicado em 2007, Molina apresenta os resultados de uma pesquisa no âmbito de um projeto social esportivo ligado a adolescentes, no qual, a partir de entrevistas, a autora analisa o que corresponde aos desejos subjetivos expressos pelos jovens ao realizar a prática esportiva. Segundo ela:

[...] é a oportunidade de protagonismo, a oportunidade de pertencimento, a autonomia do gesto, sobretudo a das transgressões e das celebrações coletivas praticadas no âmbito das diferentes práticas esportivas, que governam, justificam, significam, dão prazer e constroem as relações sociais desses adolescentes e, portanto, suas identidades. (MOLINA, 2007, p.8)

Além dos desejos subjetivos que o esporte potencializa, existem os efeitos objetivos que a prática esportiva traz, por exemplo o fato de o esporte desenvolver-se por meio de atividades físicas que favorecem o cultivo de uma vida saudável. Não existe uma relação biológica de causa e efeito, porém é um dos fatores determinantes para o adiamento ou não desenvolvimento de doenças degenerativas ao longo da vida.

A sociedade Brasileira de Medicina do Esporte (1999), em posicionamento oficial, sustenta que a saúde e qualidade de vida do homem podem ser preservadas e aprimoradas pela prática regular de atividade física. Convergente a isso, Lima (1999) afirma que a atividade física desenvolvida durante o esporte, cada vez mais, representa um fator de qualidade de vida dos seres humanos, possibilitando-lhes uma maior produtividade e melhor bem-estar.

Para Junior (2001), um aumento da prática esportiva e conseqüentemente da atividade física leva a um aumento de eficiência dos gastos públicos. O esporte é um grande aliado como atividade de saúde preventiva e primária, cujo retorno é elevado

³ O termo alavancagem social representa a rentabilidade provocada pelos investimentos na cadeia produtiva do esporte, direta e indiretamente.

e os custos por habitantes são baixos.

Em consonância a isso, a constituição da República Federativa do Brasil de 1988 incluiu em seu escopo o artigo 217, em que, segundo ele, “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um”.

Anos mais tarde houve a incorporação do que hoje é considerado um dos principais dispositivos que rege o desporto brasileiro: a Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998, também conhecida como lei Pelé. Ela institui normas gerais sobre o desporto e, em seu escopo, também define as finalidades e manifestações desportivas. Partindo dessa classificação, estados e municípios brasileiros formatam seus programas e projetos esportivos. Segundo a lei Pelé (1998), as manifestações são assim definidas:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações. Este último pode ser organizado e praticado: I - de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva; II - de modo não-profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio. (Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998)

Como mencionado anteriormente, o desporto de rendimento de modo profissional não se caracterizaria como uma atividade de lazer, sendo citado apenas para conhecimento das manifestações desportivas reconhecidas pela lei Pelé.

A vinculação da política do esporte como forma de lazer para a população é antiga no Brasil e acontece desde a época de 1930, como por exemplo, o Serviço de Recreação Operária (SRO) e, na sequência, o Esporte para Todos (EPT), a partir

dos anos 1970. A seção seguinte faz uma breve contextualização histórica dos movimentos que fundaram as políticas de esporte e lazer tal como conhecemos hoje.

2.3. O ESPORTE E LAZER NO BRASIL: UMA RETROSPECTIVA

Em nosso país, as relações do esporte e lazer com o Estado vêm sendo desenhadas nas grandes cidades desde as primeiras décadas do século XX. Linhales *et al.* (2008) afirmam que o esporte e o lazer foram paulatinamente incorporados na vida das pessoas como forma de expressão, passando a ditar comportamentos por possuir uma capacidade intangível de agregar valores e produzir significados naqueles que participam de suas diversas formas de manifestações, direta ou indiretamente.

Para Linhales *et al.* (2008, p. 16), as iniciativas de introduzir o lazer através do esporte para a população surgiram a partir da década de 1930, principalmente “através da iniciativa privada ou como ações assistenciais decorrentes de um hibridismo marcado pela vinculação entre direito e caridade, bastante peculiar na conformação do Estado brasileiro”.

Essa época também foi marcada essencialmente pela assunção do poder de um presidente com viés populista, Getúlio Vargas, e que tinha como pretensão a extensão dos serviços sociais ofertados pelo Estado. A partir de então iniciou-se a tentativa de constituir um Estado de bem-estar social ou *Welfare State* no Brasil.

No mundo do início do século XX, as tratativas para promoção de serviços sociais à população dos países capitalistas já estava em pauta e priorizava assegurar proteção individual e coletiva àqueles que não podiam arcar com os custos. Segundo Arretche (1996), as primeiras políticas assistencialistas tinham como foco a proteção de idosos, mulheres e incapacitados, contudo ela não se limitou a isso e sua expansão foi contínua, assegurando aposentadoria, saúde, habitação e etc. A intenção desses serviços não tinha como base unicamente a benevolência dos Estados, mas também procurava a distensão do iminente conflito de classes que se anunciava. As condições de trabalho a época eram extremamente ruins e tentava-se

assegurar uma coexistência pacífica entre a democracia e o capitalismo, promovendo o bem-estar social através da intervenção estatal.

A busca incessante pelo lucro gera inegáveis externalidades, como jornadas de trabalho de 12 a 15 horas e exploração de mão de obra infantil. Como as condições básicas de sobrevivência dependiam inteiramente das relações monetárias travadas no âmbito do mercado, a exploração e a desigualdade ascendem o conflito por igualdade e justiça social. (REIS, 2000, apud LOPES e ISAYAMA, 2016, p. 335)

No Brasil não era diferente e Getúlio Vargas buscou se antecipar a esses conflitos promulgando a nova Constituição Federal em 1937 e lançando a Consolidação das Leis do Trabalho (criada através do Decreto-Lei nº 5 452, de 1º de maio de 1943). Esses novos dispositivos pretendiam limitar o poder dos donos dos meios de produção e aumentar a qualidade de vida do proletariado, fixando repouso do trabalho aos domingos e licença remunerada após um ano de registro em carteira. A nova lei também sinalizava para a possibilidade de alteração da carga horária de trabalho diário, podendo este tempo ser reduzido.

Nesse contexto de ampliação do tempo de repouso provenientes da regulamentação da jornada de trabalho dos trabalhadores, Gomes (2003, apud Lopes e Isayama, 2016, p.342) afirma que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) ficou receoso com os possíveis impactos negativos que essas medidas poderiam gerar na sociedade, como promiscuidade, alcoolismo, uso de drogas e ociosidade. Sendo assim, o MTIC assumiu o dever de preencher essas horas livres com atividades recreativo-educacionais.

A partir desse prisma de atuação, foi criado pelo MTIC, por meio da portaria 68 de 06 de dezembro de 1943, o Serviço de Recreação Operária (SRO) que, em parceria com os sindicatos, encarregou-se de organizar e coordenar as diversas atividades culturais e esportivas tendo como público-alvo os trabalhadores sindicalizados e suas famílias. Segundo Sussekind (1946, p. 7, apud Lopes e Isayama, 2016, p. 342), a criação do SRO foi justificada pela necessidade de um espaço que pudesse organizar as atividades recreativas dos trabalhadores, fortalecendo a colaboração entre os sindicatos e o Estado. Contudo, para Brêtas (2010, apud Lopes e Isayama,

2016, p.342), os motivos principais que justificavam a implantação desse programa eram, sobretudo, outros. Segundo ele:

O SRO teve cinco intenções: estimular a sindicalização; compor programas e ações que explicitem de fato a preocupação do Estado com aspectos da vida do trabalhador, situados para além da proteção das leis trabalhistas e do amparo da previdência social; controlar e disciplinar o tempo livre do operário; sistematizar uma experiência de educação não-formal do trabalhador e elevar seu nível cultural e recuperar a energia física e mental do operário de modo a prevenir os efeitos da fadiga. (BRÊTAS, 2010, apud LOPES e ISAYAMA, 2016, p.342)

Lopes e Isayama (2016, p. 344) ponderam que se submeteu o lazer ao trabalho e que por traz desses objetivos apresentados no programa se escondem os interesses produtivos e econômicos. O lazer é utilizado somente como uma ferramenta para aumentar a produtividade do trabalhador, propondo um espaço para suavização do estresse gerado pelo processo produtivo, sendo um apaziguador de conflitos e mantendo os trabalhadores dentro dos comportamentos socialmente aceitáveis.

Apesar dos pesares, houve boa aprovação pelos funcionários das políticas implementadas pelo SRO, uma vez que foi a primeira iniciativa para tentar se reverter o quadro de carência existente na área. Com isso o governo federal decidiu remodelar e expandir a cobertura do programa, tendo em vista que ele estava limitado a apenas a classe industrial do Distrito Federal. A ideia era adaptá-lo aos diversos contextos e levar suas operações para outros estados da federação.

Partindo dessa premissa, a partir de 1964, as políticas sociais passam a ter objetivos nacionais, não mais regionais como era feito anteriormente. Draibe (1993, p. 20, apud Lopes e Isayama, 2016, p.346) pontua que “sob a égide do governo militar as políticas sociais assumem um caráter massificador com ampla cobertura e com tendências universalizantes”.

Com essas intenções foi formulado o movimento Esporte para Todos (EPT) – em 1977 – com a clara intenção de implantar o desporto de massa no Brasil. Segundo Lopes e Isayama (2016, p. 346), o programa EPT foi instituído pelo Departamento

de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e se propunha a:

[...] melhoria da saúde e humanização das cidades e de seus habitantes, e afirmava os seguintes valores: o sentimento cívico e de vizinhança, a sociabilidade, o corpo esportivo. A intenção era a de produzir um lazer verdadeiro nas cidades e, para tanto, o movimento se concentrava nas proximidades da moradia e do local de trabalho dos participantes. (LOPES e ISAYAMA, 2016, p. 346)

O Movimento Esporte para Todos (EPT) possuiu grande conexão com o Serviço de Recreação Operária (SRO), por seu desenho partir dele. O EPT, segundo Lopes e Isayama (2016) iniciou uma campanha para a implantação do desporto de massa no Brasil e buscava a promoção do acesso às atividades esportivas e físicas, tentando atingir um número cada vez maior de pessoas (com forte componente massificador). Para Lopes e Isayama (2016, p. 346) “a intenção era a de produzir um “lazer verdadeiro” nas cidades e, para tanto, o movimento se concentrava nas proximidades da moradia e do local de trabalho dos participantes”

As práticas do Esporte para Todos estavam voltadas para a dimensão do lazer e esporte de participação, nos quais os princípios da participação e da fruição são fundamentais. Em seu conceito, incorporou-se a ênfase da relação da prática esportiva/atividade física à promoção da saúde. A concepção do esporte ainda era utilizada como suporte a outras políticas públicas.

Com o fim da ditadura militar e conseqüentemente abertura democrática do país em meados da década de 1980, também se iniciou um movimento para instituir uma Assembleia Constituinte com a finalidade de reformar a Constituição Federal que vigorava desde 1967, sob as regras duras do regime. Com isso, em 1988, a Constituição Federal é promulgada, ampliando os direitos sociais que aos poucos seriam expressos sob a forma de políticas públicas. Entre os direitos sociais, pela primeira vez no país, foi incorporado o direito ao lazer, portanto merecendo e se tornando obrigatoriamente um assunto a ser tratado pelo Estado, em suas esferas federais, estaduais e municipais.

A Constituição de 1988 inaugura uma nova maneira de conceber o lazer que, mesmo estabelecendo uma relação direta com o trabalho, passa a ser reconhecido como uma riqueza cultural que deve ser garantida a todos os cidadãos como premissa de qualidade de vida. (LOPES e ISAYAMA, 2016, p. 355)

Em relação à temática do esporte, como já foi mencionado anteriormente, a Constituição Federal de 1988 também trouxe inovações, incentivando por meio do artigo 217 (CF.88, capítulo III, inciso III) a destinação de recursos públicos para a promoção do desporto e o incentivo às manifestações desportivas nacionais, além de outras considerações.

Infelizmente a inclusão do direito ao lazer e o fomento ao esporte na Constituição Federal não significam a materialização imediata desses serviços à população. Como não houve a oferta adequada pelo Estado, o mercado se apropriou desse segmento e passou a fornecê-lo a quem puder pagar por ele. Mascarenhas (2005, p. 255, apud Lopes e Isayama, 2016, p. 355) reflete sobre esse período ao afirmar que o esporte e o lazer “passa a subordinar-se diretamente a produção e reprodução do capital, sucumbindo, de modo tendencial e dominante, à forma de mercadoria”.

No ano de 1995, por pressões da sociedade civil, foi criado o Ministério de Estado Extraordinário do Esporte, o que foi considerado como uma evolução na priorização da temática de esportes enquanto política pública. Em 1998 a pasta foi unida à de Turismo, sendo desmembrada novamente em 2003, voltando a existir um ministério específico para a pasta do esporte. Criado pela Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, o Ministério do Esporte (ME) é um passo importante para a democratização do esporte e lazer e tem como missão, segundo os documentos oficiais, “[...] formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano”.

Esforços estão sendo feitos em busca do avanço e do reconhecimento desse direito. Ações desenvolvidas no âmbito federal tentam inaugurar uma nova forma de pensar as políticas públicas de esporte e lazer. Entre essas ações destaca-se o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) que, segundo Vieira *et al.* (2011, apud Lopes e Isayama, 2016, p. 358), afirmam que ele tem como concepção implantar “uma política de Estado que considere o lazer e o esporte de participação como direitos

sociais a serem geridos pelos governos de forma teórico-prática, tratando esses elementos como possuidores de conteúdos próprios e amplos, e como elementos de cidadania”.

Segundo o próprio Ministério do Esporte, por meio de seu site oficial (esporte.gov.br), o PELC, na sua essência, “estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos”. Essa postura demonstra progresso na maneira de agir do Estado junto ao cidadão, garantindo o direito ao acesso a políticas públicas de lazer e de esporte e não mais meramente como suporte para o desenvolvimento de outras áreas.

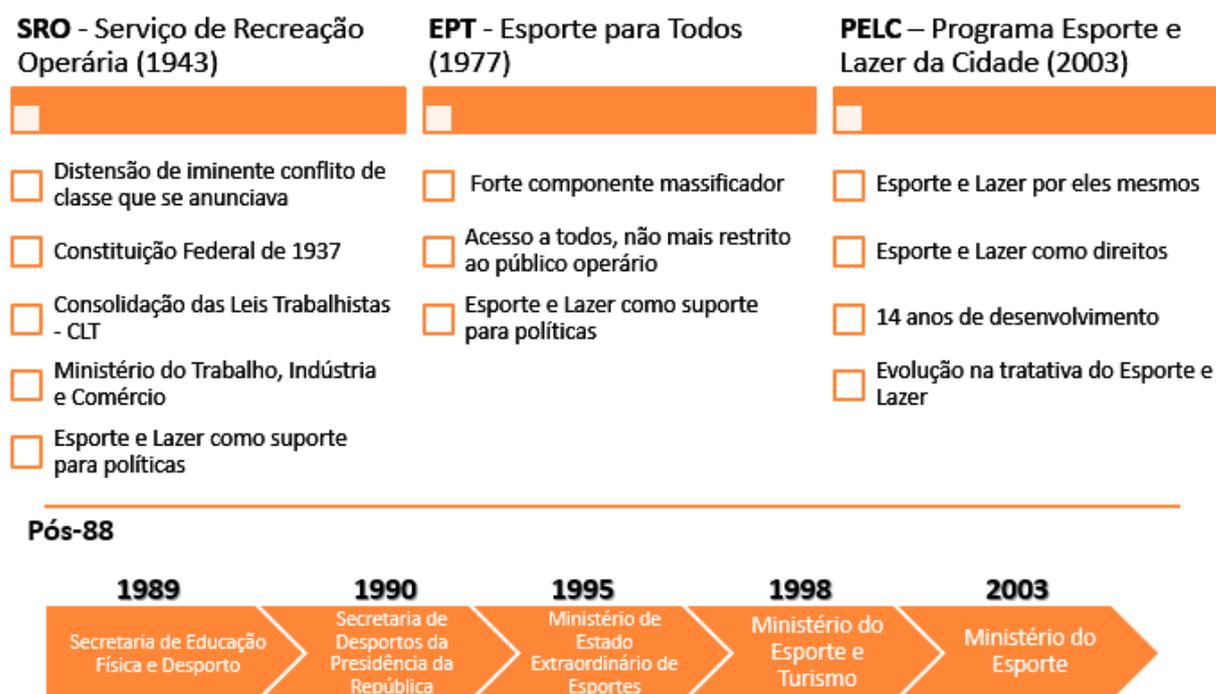


Figura 1: Retrospectiva em resumo

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos programas desenvolvidos hoje pelo Ministério do Esporte, o PELC é o mais antigo. Completou 14 anos de desenvolvimento, sendo fundado no ano de 2003. Além desse programa, o Ministério do Esporte também desenvolve diversos outros, destacando-se no ramo do lazer e esporte recreativo:

- Programa Segundo Tempo;
- Programa Esporte na Escola;
- Competições e Eventos de Esporte e Lazer;
- Jogos dos Povos Indígenas;
- Programa Vida Saudável.

Já no ramo do esporte de rendimento, o Ministério do Esporte tem dedicado na última década grande atenção na formação e consolidação do quadro de atletas, devido ao desenvolvimento de megaeventos no país. Os programas e projetos que se destacam na área são:

- Plano Brasil Medalhas;
- Programa Bolsa Atleta;
- Programa Atleta Pódio;
- Jogos Escolares Brasileiros;
- Leis de Incentivo ao Esporte.

Esses últimos programas e projetos listados ofertados pelo Ministério do Esporte foram criados na esteira de preparação do país para sediar os megaeventos esportivos, sendo eles a Copa do Mundo FIFA⁴ (em 2014) e os Jogos Olímpicos (em 2016). Esses megaeventos, que ocorreram em um intervalo pequeno de tempo, colocaram o Brasil no centro mundial da atividade desportiva de rendimento durante a década.

Porém esses mesmos projetos também nos deixam uma reflexão a respeito do investimento que se tem feito no setor de alto rendimento em detrimento do lazer e esporte recreativo para a população em geral, que hoje ainda encontra dificuldade em alcançar os cidadãos fora dos grandes centros (e inclusive dentro) e fazer valer o direito constitucional do acesso ao lazer e o dever do Estado em promover práticas esportivas.

⁴ FIFA: Fédération Internationale de Football Association (Federação Internacional de Futebol)

Os desafios na área são inúmeros e a manutenção (com vistas a ampliação) dos investimentos no setor em tempos de ausência de megaeventos e um ambiente de recessão econômica colocam a prova a solidez dessas políticas públicas. Os ganhos obtidos em infraestrutura de esporte e lazer a partir desses eventos ficaram concentrados nas capitais nacionais, todavia é necessária uma postura imperativa do Estado em levar o acesso a esses espaços às partes mais afastadas e as populações de baixa renda, ramificando as políticas de esporte e lazer e incluindo as regiões interioranas nesse panorama de atendimento.

3.POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

O capítulo anterior nos forneceu subsídios relevantes para compreendermos a formação das políticas públicas de esporte e lazer na esfera federal, mostrando sua importância e história de implementação, além dos motivos de seu surgimento. Tudo isso nos traz maior embasamento para iniciarmos uma discussão, em nível municipal, sobre o desenvolvimento das políticas de esporte e lazer junto ao nosso objeto: Belo Horizonte e mais precisamente a regional Pampulha.

As políticas públicas de lazer desenvolvidas pelos governantes da cidade de Belo Horizonte, desde o princípio, estão majoritariamente vinculadas às políticas esportivas. A fim de desvendar os caminhos e os rumos originários das intervenções do poder público municipal da cidade de Belo Horizonte no setor de esporte e lazer, façamos uma breve contextualização histórica de como tudo começou.

3.1.DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER PELA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte foi inaugurada em 1897 com o objetivo de se tornar a nova capital de Minas Gerais, substituindo a cidade de Ouro Preto que até então tinha esse status. Ela teve toda sua área central planejada para suportar o desenvolvimento de atividades comerciais, bancárias e administrativas do Estado, todavia a área externa a esse planejamento sofreu durante anos com a falta de assistência do poder público.

No início, o poder público municipal concentrou sua atuação somente em áreas que julgava essenciais como infraestrutura, saúde e educação, deixando que o desenvolvimento de outras áreas ocorresse por meio do mercado. No que tange as políticas de esporte e o lazer, elas se iniciaram pelas entidades desportivas privadas e só meio século mais tarde entrou na cartilha de fomento da prefeitura da cidade.

No ano de 1948, sob a gestão do prefeito Octacílio Negrão de Lima, é dado o primeiro passo rumo a integração da promoção de políticas esportivas e de lazer nas competências da burocracia pública municipal. Nesse ano houve a criação, através da Lei municipal nº 026/1948, do Conselho Municipal de Esportes (CME) que iniciou seus trabalhos com um papel cooperativo e fiscalizatório (focado nas entidades e associações desportivas privadas), porém com o passar dos anos essa burocracia incorporou o papel de executora, gerindo alguns pequenos eventos como o 1º Torneio Esportivo da Cidade de Belo Horizonte.

Em 1973 um marco para as políticas públicas de esporte e lazer na cidade foi alcançado com a lei municipal nº 2.185, que institui a Secretaria Municipal de Cultura, Informação, Turismo e Esportes (SMCITE), sob a gestão do prefeito Oswaldo Pieruceti. Foi a primeira vez que o esporte ganha título de uma pasta governamental e isso demonstra preocupação com a área, apesar de servir como suporte a outras políticas públicas.

No ano de 1977, a Secretaria Municipal de Cultura, Informação, Turismo e Esportes (SMCITE) passa a se denominar Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes (SMCTE) através do decreto municipal nº 3.150. Houve uma reforma administrativa nos setores internos da burocracia incorporando a essa pasta um departamento que tinha como função planejar, desenvolver e coordenar atividades desportivas e recreativas para a comunidade de Belo Horizonte. O esporte e o lazer passam a ter uma dimensão e aplicação mais sólida no contexto de políticas públicas ofertadas a população, segundo relatórios do Centro de Memória do Esporte e Lazer – CEMEL da PBH (<https://goo.gl/6b1xSy>).

Em 1983, de acordo com o Centro de Memória do Esporte e do Lazer (CEMEL), “constituiu-se um novo marco no desenvolvimento do esporte e lazer como conteúdo de políticas sociais”. Cria-se a Secretaria Municipal de Esportes (SMES), por meio do decreto municipal nº 4489/1983. É a primeira vez que a pasta abarca apenas as funções desportivas, desvinculando um pouco a ideia de que o esporte seria um mero suporte para as outras áreas. Inúmeros programas socioeducativos são desenvolvidos e o papel de executora de políticas públicas esportivas é de vez incorporado.

Nos anos 2000, por meio da lei municipal nº 8146/2000, estabelece-se uma nova reforma administrativa, reestruturando a administração direta do poder público municipal e renomeando a pasta para Secretaria Municipal Adjunta de Esportes (SMAES). Segundo o CEMEL, a reforma “orientou para o desenvolvimento de ações descentralizadas, com foco nas práticas participativas na gestão de políticas sociais”.



Figura 2: Políticas de Esporte e Lazer no Âmbito do Município de Belo Horizonte: retrospectiva
Fonte: CEMEL/PBH

Recentemente foram feitas novas alterações na estrutura burocrática da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a secretaria passou a ser denominada como Secretaria Municipal Adjunta de Esporte e Lazer (SMEL), no ano de 2012. Atualmente sua estrutura é composta por duas secretarias adjuntas: a Secretaria Municipal Adjunta de Esporte (SMAE) e a Secretaria Municipal Adjunta de Lazer (SMAL). A SMAE, segundo site da prefeitura (<https://goo.gl/XT9AMG>, acesso 16/06/17), abrange os programas “Esporte Esperança, Segundo Tempo, Superar, Esporte de Rendimento e diversos eventos, como o Festival de Atletismo, Jogos Escolares”. Já a SMAL “compreende os programas Caminhar, Vida Ativa, Recrear, No Domingo a Rua é Nossa, Brincando na Vila, Academia a Céu Aberto e BH em Férias”. Com essa divisão interna procura-se, sobretudo, especializar a SMAE na promoção de eventos esportivos e competitivos a um público alvo restrito. Já a SMAL tem como cerne de atuação o lazer no seu sentido mais amplo.

Com base nessas mudanças, a SMEL, segundo o site da prefeitura

(<https://goo.gl/kPuUjS>, acesso em 12/06/17), passa a se dedicar à “implementação e desenvolvimento de projetos e programas esportivos e de lazer dirigidos à população de Belo Horizonte, à realização de eventos próprios e ao apoio a eventos de terceiros, com base nos preceitos da intersetorialidade, da participação popular e da inclusão social”. Atualmente existem vários programas e projetos na cidade voltados ao esporte e lazer, entre eles destacam-se:

- Programa Vida Ativa
- Projeto Caminhar
- Programa Superar
- Programa “No domingo, a rua é nossa”
- Programa Recrear
- Brincando na Vila
- BH descobrindo talentos no futebol
- Programa Academia a Céu Aberto
- Programa Segundo Tempo
- Copa Centenário de Futebol Amador Wadson Lima

Esses programas e projetos visam garantir o esporte e o lazer como direito universal através do desenvolvimento físico, social, afetivo, cultural e cognitivo a um público diversificado, contemplando diversas faixas etárias e atendendo a vários espaços públicos e comunitários como escolas, pistas de caminhada ou mesmo nas instituições de longa permanência (asilos), segundo consultado no site da PBH. (<https://goo.gl/AekSTh>, acesso em 16/06/17)

A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), segundo seu próprio site, cultiva uma visão de futuro positiva em relação ao protagonismo que as políticas de esporte e lazer podem trazer a capital mineira. Segundo ela, a intenção é “transformar Belo Horizonte na capital nacional da prática de esporte e lazer como instrumento de inclusão social e promoção da qualidade de vida”. Partindo dessa premissa, os investimentos no setor devem ser intensificados e as ações da prefeitura universalizadas no município, garantindo o acesso e participação de todos.

As ações da PBH que foram listadas acontecem em todas as regionais de Belo Horizonte. Essas regionais ou unidades administrativas foram criadas com a intenção de facilitar a administração da cidade Belo Horizonte, que possui território extenso (330,90 km^2) e especificidades distintas. Essa divisão da cidade foi feita por lei, em 1985, e abarca o total de nove unidades administrativas ou regionais, são elas: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Venda Nova e Pampulha.

Cada regional apresenta indicadores socioeconômicos e história de formação peculiares. Essa história é importante e nos ajuda a contextualizar o desenvolvimento local por meio de suas tradições e características. Teremos como foco da pesquisa a Regional Pampulha e como as políticas públicas de esporte e lazer se desenvolveram por lá.

O motivo que nos levou a analisar essa regional parte de um senso comum difundido na literatura e na população em geral que trata a regional Pampulha como uma área que possui vocação natural para o lazer e turismo. Como o trabalho é pautada pelas iniciativas de lazer e suas expressões por meio do esporte, verificaremos se essa área, de fato, ocupa uma posição vanguardista, frente as outras, em iniciativas que estimulem o lazer e o esporte de forma gratuita e acessível ao público em geral.

3.2.REGIONAL PAMPULHA: ESPORTE E LAZER COMO FIO CONDUTOR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Regional Pampulha, em Belo Horizonte, começou a desenvolver atividades urbanas a partir da década de 1930, mas só foi despontar como polo de turismo e lazer da capital em meados da década de 1940 e 1950. Foi a partir da ambição por inovação do então do novo prefeito da capital mineira, Juscelino Kubitschek, que os investimentos começaram a fluir para lá. Seu principal objetivo era transformar a região em um novo refúgio para os mais abastados e desafogar a zona central de Belo Horizonte, que sofria com a falta de áreas para construção e início do processo de verticalização.

A fim de tornar aquela região atraente aos olhos dos compradores – que a princípio ainda eram resistentes em mudar do centro da capital para a região por conta das distâncias – foram feitos investimentos em construções modernistas na orla do lago artificial que se formara com a barragem. Segundo o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), “existiam dois interesses com isso: o primeiro, oferecer à população um espaço que concentrasse as principais opções de lazer da cidade e segundo, fazer dessa área um símbolo da modernidade e do progresso de Belo Horizonte”.

Foi dessa ambição que nasceu o ousado projeto do Conjunto Arquitetônico da Pampulha, composto pelo Cassino (atual Museu de Arte da Pampulha), a capela de São Francisco de Assis, o Iate Clube e a Casa do Baile. Essas construções colocaram Belo Horizonte no cenário da arquitetura moderna internacional e no roteiro turístico do país. Mais tarde ainda se instalaram na região o Estádio Governador Magalhães Pinto (mais conhecido como Mineirão), o Jardim Zoológico, o tradicional Parque Guanabara e foi construída a Cidade Universitária, com unidades da Universidade Federal de Minas Gerais.

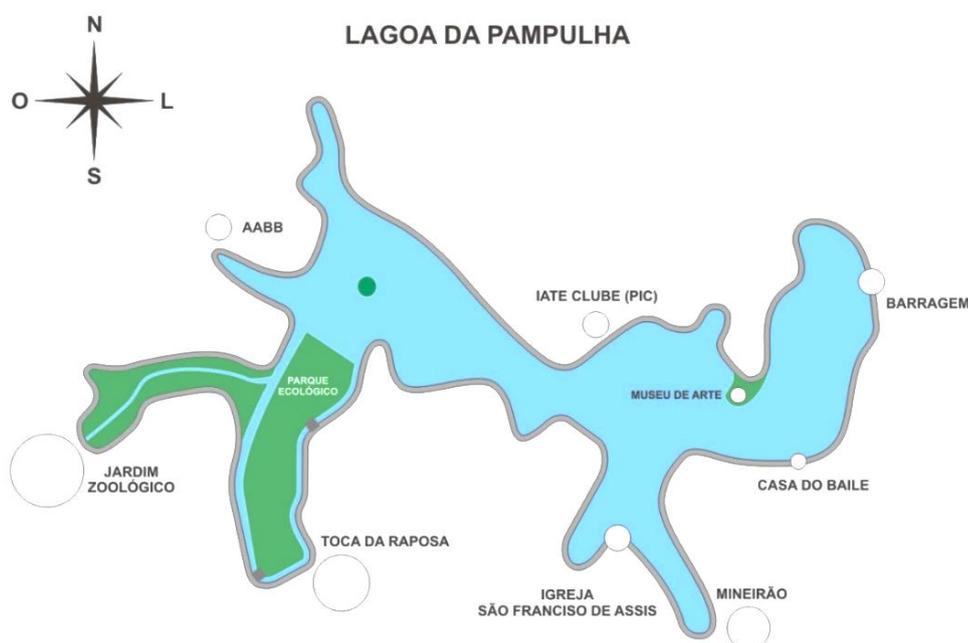


Figura 3: Contorno da lagoa e principais pontos turísticos
Fonte: Wikipédia

Segundo o APCBH (2011, p. 21), “as famílias de poder aquisitivo mais alto

passaram a ter à sua disposição uma nova opção de moradia: os bairros que circundavam o complexo de lazer e turismo que estava sendo criado em torno da Lagoa da Pampulha”. Essa área estava em ritmo acelerado de expansão de sua infraestrutura (água encanada, luz elétrica, transporte público, comércio) e obras que visavam à ampliação de vias que conectavam a regional ao centro também eram entregues. A regional já era divulgada como a região mais elegante da cidade.

Todavia existiam outras áreas (afastadas da Lagoa da Pampulha) que compunham a região e que não tiveram a mesma assistência por parte do poder público. De acordo com o APCBH (2011, p. 25), muitos bairros dessa região “tiveram outra configuração urbana, pois foram aprovados sem a legislação elitista que determinou o padrão de construção nos bairros da orla da lagoa”. Com a expansão da cidade, o poder público não conseguiu acompanhar com um planejamento eficiente algumas áreas e o processo de ocupação foi desordenado. O resultado disso foi que muitos moradores se estabeleceram nas margens de córregos e outras áreas de risco, vivendo sem os serviços básicos de infraestrutura como água, luz e esgoto.

Para o APCBH (2011, p. 28), “essa condição fez com que a Pampulha se tornasse uma regional com características urbanísticas e sociais muito diferenciadas”. Os bairros distantes do centro da regional (representado pela lagoa) tiveram um desenvolvimento independente do modelo de modernidade e progresso que se estabeleceu lá. Muitos deles possuem vilas com loteamentos irregulares ou com infraestrutura precária.

Nem todos os moradores da Regional Pampulha tiveram o direito de exercer plenamente sua cidadania. O crescimento demográfico gerou uma demanda por moradias que o poder público não conseguiu atender, e por isso, muitas famílias foram morar em áreas não legalizadas. (APCBH, 2011, p 30)

Partindo desse breve relato sobre a história da formação da Regional Pampulha, é notável sua vocação para atividades de lazer. Esse local foi inicialmente planejado para ser uma área turística e de práticas de lazer da elite Belo-horizontina, trazendo ares modernistas e atraindo olhares nacionais e internacionais para esse novo polo. Todavia, como dito, não foram todos os bairros da regional que foram contemplados

com esse planejamento, mas somente aqueles poucos destinados às elites. Isso gerou um desequilíbrio no acesso ao direito ao lazer e, principalmente, como objeto de estudo desse trabalho, o esporte como meio de expressão do lazer.

Essa distribuição regressiva de espaços e equipamentos de lazer na Regional Pampulha é expressiva e remete ao pensamento político da época de sua concepção. A construção desses ambientes de lazer eram atrações para os compradores e valorizavam os terrenos, como exposto pelo anúncio do Jornal Estado de Minas de publicação do dia 21 de outubro de 1962 (figura 2), e passava longe de ser uma política pública de incorporação do lazer na vida cotidiana dos novos moradores.

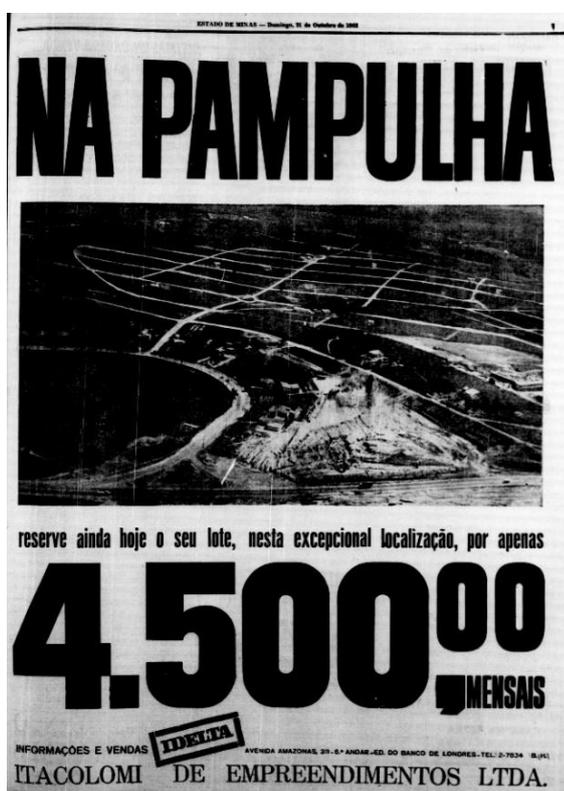


Figura 4: Anúncio no Jornal Estado de Minas – Domingo, 21 de outubro de 1962
Fonte: Jornal Estado de Minas

Com o passar das décadas a infraestrutura da Regional Pampulha obteve incrementos, porém em se tratando de equipamentos e espaços públicos de lazer e esporte o cenário ainda é de desequilíbrio frente à oferta e qualidade privada. Grandes clubes e entidades privadas se instalaram na orla da lagoa, todavia têm acesso restrito àqueles que pagam pelo serviço.

Segundo Rolnik (2000, apud Marcellino, 2006, p. 75), “o urbanismo moderno atribuiu às cidades quatro funções: lazer, morar, trabalho e circulação”. Convergente a isso, Bonalume (2002, apud Marcellino, 2006, p. 75) aponta que as classes média e alta atribuem à cidade a função exclusiva de circulação, já que podem desfrutar de lazer em seus espaços privatizados. Porém para as classes mais pobres, a cidade continua com a função de lazer, de morar, de trabalho e de circulação. Mas, como os investimentos em equipamentos de lazer são feitos, na sua grande maioria, pela iniciativa privada, o espaço público passa a possuir equipamentos de péssima qualidade (ou simplesmente não possui), já que o poder público vem sendo negligente a essa questão.

Há uma crescente privatização dos espaços de convivência social em favor das classes mais favorecidas. Assim, o bairro é substituído pelo condomínio fechado, os espaços públicos de lazer pelos clubes e centros de treinamento, e as ruas pelos shoppings centers. (BONALUME, 2002, apud MARCELLINO, 2006, p. 76)

Apesar da regional Pampulha⁵ apresentar uma formação elitistas, com bairros com população de alto poder aquisitivo como Bandeirantes, Braúnas, São José, São Luiz e Aeroporto, ela também apresenta bairros com população de baixa renda, como Suzana, Conjunto Habitacional Confisco, Garças, Xangrilá e Nova Pampulha⁶.(APCBH, 2011, p.28) Nesses últimos bairros listados, é de supor que a população tenha acesso limitado a espaços privados de lazer e esporte, mas será que possuem espaços públicos que reequilibrem essa balança? Responder essa questão é o objetivo do próximo capítulo, onde se busca um diagnóstico preliminar dessa situação.

⁵A Regional Pampulha possui 41 bairros e 16 vilas.

⁶Informação retirada do artigo “Histórias de Bairros”, Regional Pampulha, publicado pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) no ano de 2011, página 28.

4. DIAGNÓSTICO

Nesta seção, o objetivo é identificar a existência (ou não) de espaços públicos para a prática de esporte recreativo na regional Pampulha e, ainda, se eles são suficientes para o volume da população da região. Visando elaborar esse diagnóstico, foram seguidos os seguintes passos e utilizados os seguintes indicadores:

O primeiro deles foi utilizar, de forma adaptada, um dos indicadores do Índice Mineiro de Desenvolvimento Esportivo (IMDE) que é o indicador Instalações Esportivas Públicas (IEP). O IMDE é amplamente utilizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais nas intervenções esportivas que propõe. Como o índice é calculado apenas para o município de Belo Horizonte, a fórmula de cálculo de um de seus indicadores foi utilizada neste trabalho para o cálculo do IEP para as regionais de Belo Horizonte. Com ele o trabalho busca constatar se o quantitativo de instalações esportivas públicas atende ao universo populacional da regional.

O segundo passo foi a elaboração de outro indicador que foi chamado de Espaços Esportivos Públicos por Km^2 (EEP). Quanto maior o valor de EEP, maior as distâncias para a população acessar um espaço público de esporte e lazer. Quanto menor o valor, mais próximo esse espaço público estará do cidadão, podendo incentivá-lo a exercer a prática da atividade física com mais facilidade. O indicador será analisado comparativamente com as médias registradas nas regionais e na cidade de Belo Horizonte.

Por último, foi feita uma análise socioeconômica dos locais onde estão localizados os espaços esportivos públicos dentro Regional Pampulha, aplicando a metodologia de divisão territorial utilizada pela PBH, chamada de Territórios de Gestão Compartilhada (TGC). Esses territórios são agrupamentos de bairros, com características socioeconômicas homogêneas, dentro de uma mesma regional. A partir da análise de indicadores socioeconômicos dessas microrregiões, como renda das moradias e renda per capita dos moradores, é possível inferir qual é o território de maior vulnerabilidade social. Outro passo foi localizar territorialmente os espaços públicos para prática de esporte disponíveis na região e relacionar as duas

dimensões: vulnerabilidade e possibilidade de prática de esporte recreativo. A intenção é verificar em que medida a situação socioeconômica influencia na alocação de espaços esportivos públicos pela PBH, garantindo o direito ao lazer e esporte sobretudo daqueles que mais necessitam.

4.1.ÍNDICE MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO - IMDE

A Secretaria de Estado de Esportes e Juventude (SEEJ) e a Universidade Federal de Minas Gerais, no ano de 2009, iniciaram esforços com vistas a reunir informações sobre o desenvolvimento esportivo dos municípios do estado de Minas Gerais. As informações que são colhidas nesse levantamento são as mais diversas, como número de equipamentos esportivos públicos disponíveis para a população, quantidade de profissionais de educação física cadastrados no município, despesas públicas do município na rubrica “desporto e lazer”, entre outros. Desse esforço nasce um banco de dados unificado que serve como insumo para a constituição de um índice de desenvolvimento esportivo de cada município do estado de Minas Gerais.

Esse índice foi denominado Índice Mineiro de Desenvolvimento Esportivo (IMDE) e tem como objetivo fornecer subsídio para o diagnóstico e monitoramento da situação esportiva dos 853 municípios mineiros, possibilitando aos formuladores de políticas públicas esportivas uma gestão mais eficaz, eficiente e efetiva. O referido índice, assim como outros, é uma medida comparativa, utilizada para classificar os municípios segundo seu grau de desenvolvimento em políticas públicas esportivas.

O IMDE é composto por três dimensões, cuja importância é estrutural para o desenvolvimento esportivo. São eles:

1) Potencial Humano Disponível:

Essa dimensão se preocupa em identificar se o quantitativo de profissionais qualificados na área esportiva é suficiente para o desenvolvimento do esporte na região. O índice considera que o profissional de educação física é aquele tem formação adequada na área e a partir disso é feito um levantamento no

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre o quantitativo existente por município.

2) Financiamento Esportivo:

Essa dimensão busca identificar se os municípios investem valor suficiente de recursos financeiros para custear atividades que incentivem a promoção do esporte a nível local. As informações são levantadas a partir de banco de dados do Tesouro Nacional e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para os quais os municípios prestam contas anualmente e relatam o que foi investido na rubrica “desporto e lazer”.

3) Infraestrutura Esportiva:

Essa dimensão agrega informações sobre os espaços onde se pratica esportes e atividades físicas no município. São utilizados dados quantitativos de instalações esportivas públicas, infraestrutura esportiva escolar e instalações esportivas diversas (essa última trata de instalações privadas e os dados são levantados no banco cadastral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, do Serviço Social da Indústria –SESI e da SEEJ).

A existência dessas dimensões se justifica pela relevância específica que cada uma propõe para as políticas públicas e conhece-las traz insumos para intervenções naquilo que realmente traz impactos negativos. Dentre as dimensões citadas, a única que apresenta aplicação de pesos diferenciados entre os indicadores é a dimensão de Infraestrutura Esportiva. Nela os indicadores apresentam os seguintes pesos:

- Instalações Esportivas Escolares – Peso 3
- Instalações Esportivas Públicas – Peso 2
- Instalações Esportivas Diversas – Peso 1

A partir do desenvolvimento dos cálculos propostos em cada dimensão chegasse ao valor final por dimensão. Com esse valor final é aplicado novo cálculo para se chegar ao valor agregado final do IMDE do município. Esse valor final deve variar numa escala que vai de 0 a 1. No quadro abaixo destaco os indicadores que compõem cada dimensão do IMDE.

Quadro 1: Indicadores por Dimensão do IMDE

| Potencial Humano Disponível | Financiamento Esportivo | Infraestrutura Esportiva |
|---------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| Indicador de Recursos Humanos do Município - IRHm | Indicador de Esforço Orçamentário – InEO | Indicador de Instalações Esportivas Escolares - IEE |
| | Indicador de Investimento Esportivo Per Capta - InIEPC | Indicador de Instalações Esportivas Públicas - IEP |
| | | Indicador de Instalações Esportivas Diversas - IED |

Fonte: SEEJ (IMDE 2011) – Quadro elaborado pelo autor

A fim de realizar o diagnóstico da situação do lazer em seu âmbito esportivo nas nove regionais de Belo Horizonte o trabalho utilizou o indicador de Instalações Esportivas Públicas (IEP) que compõe a dimensão de Infraestrutura Esportiva do Índice Mineiro de Desenvolvimento Esportivo (IMDE).

Segundo o próprio IMDE (2011, p. 32) o pressuposto da dimensão de Infraestrutura Esportiva é o fato de “que o acesso a infraestrutura é uma condição importante para motivar a prática esportiva, em suas várias manifestações”. Esse cálculo tem a finalidade de verificar se os espaços públicos de esporte e lazer apresentam valor suficiente para o universo populacional de cada regional da cidade. Ele ajuda a compreender a situação da infraestrutura de esporte e lazer da cidade e a identificar áreas que necessitam de maior atenção do poder público.

A referência do indicador de Instalações Esportivas Públicas (IEP) criado pelo Governo de Minas Gerais e a UFMG para os municípios mineiros é de 1 equipamento ou espaços esportivos públicos para cada 10.000 habitantes. Nas regionais de Belo Horizonte o trabalho utilizará a mesma referência desejável de no mínimo 1 espaço público de esporte e lazer para cada 10.000 habitantes.

O cálculo para se chegar ao indicador de Instalações Esportivas Públicas (IEP) se dá a partir do número total de espaços públicos de esporte e lazer da regional pesquisada de Belo Horizonte (relação divulgada pelo site da PBH) divididos pela população da regional (dados retirados do IBGE – Censo 2010), e multiplicado por 10.000, de modo a se encontrar a quantidade de espaços públicos de lazer e

esporte para cada 10.000 habitantes. Abaixo é exposta a fórmula do cálculo:

$$* IEP = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Espaços Públicos de Esporte e Lazer}}{\text{N}^\circ \text{ de Habitantes da Regional (BH)}} \times 10.000$$

Equação 1: Indicador de Instalações Esportivas Públicas

Fonte: IMDE 2011 – Elaborado pelo autor

A tabela a seguir detalha o resultado alcançado pelo IEP nas nove regionais de Belo Horizonte:

Tabela 2: Indicador de Instalações Esportivas Públicas

| Belo Horizonte Regionais | Nº de Habitantes p/ Regional (Censo 2010) | Nº de Espaços de Esporte e Lazer (Dados PBH) | IEP |
|---------------------------------|--------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|------------|
| BARREIRO | 282.552 | 34 | 1,20 |
| CENTRO-SUL | 283.776 | 13 | 0,46 |
| LESTE | 238.539 | 14 | 0,59 |
| NORDESTE | 290.353 | 18 | 0,62 |
| NOROESTE | 268.038 | 30 | 1,11 |
| NORTE | 212.055 | 22 | 1,03 |
| OESTE | 308.549 | 19 | 0,62 |
| PAMPULHA | 226.110 | 16 | 0,71 |
| VENDA NOVA | 265.179 | 18 | 0,68 |
| TOTAL GLOBAL | 2.375.151 | 184 | 0,76 |

Fonte: IBGE e PBH
Elaborado pelo autor.

Como exposto na tabela 2, das nove regionais ou regiões administrativas existentes no município de Belo Horizonte, seis apresentaram números insuficientes de equipamentos ou espaços esportivos públicos disponíveis a população, tendo menos de 1 espaço público de lazer e esporte para cada 10.000 habitantes. Somente três regionais obtiveram valores suficientes, sendo elas a regional Barreiro, Noroeste e Norte.

Em média, a cidade de Belo Horizonte disponibiliza, para cada 10.000 habitantes, menos de 1 espaço público de lazer e esporte. A figura abaixo (figura 3) evidencia no mapa da capital as nove regionais já mencionadas e realça em tons de vermelho as

áreas que não superaram o valor de 1 no indicador IEP. Em verde as áreas que igualaram ou superaram a marca de 1 no indicador.

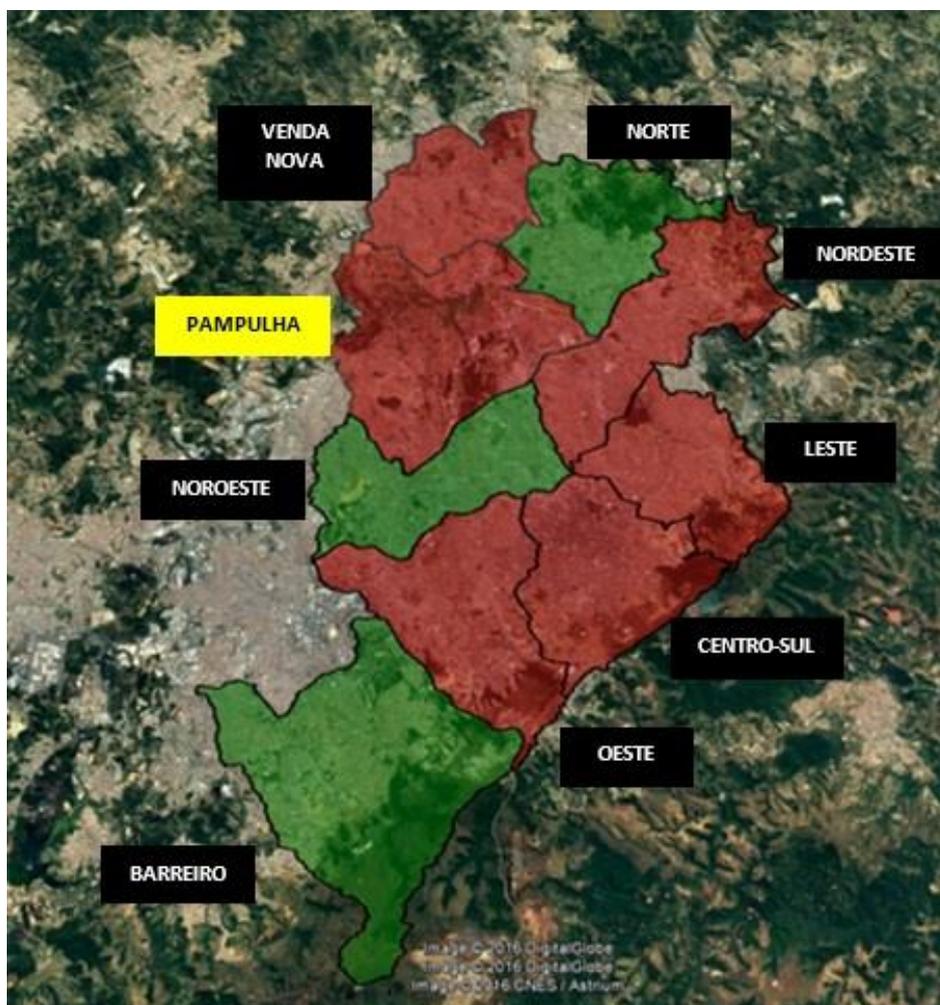


Figura 5: Mapa de Belo Horizonte e suas regionais de acordo com os resultados alcançados pelo IEP

Fonte: Google Maps - Elaborado pelo autor.

O resultado alcançado ao aplicar o indicador IEP na Regional Pampulha, foco do trabalho, indica a insuficiência de espaços públicos para esporte recreativo, sugerindo um baixo esforço histórico em políticas governamentais com esse objetivo. Esses espaços, como já mencionado, fomentam a prática de esporte e lazer na população, sendo assim esse dado não corrobora para o título de regional da cidade vocacionada para o lazer e esporte recreativo, amplamente ventilado.

É possível que apenas a aplicação desse indicador IEP torne a análise insuficiente e, em virtude disso, foi proposto outro indicador para a análise com a finalidade de reforçar ou refutar a conclusão primariamente alcançada.

4.2. ESPAÇOS ESPORTIVOS PÚBLICOS NA REGIONAL PAMPULHA POR Km²

Para isso buscou-se aproximar ainda mais do objeto de trabalho, a Regional Pampulha, e pesquisar documentos que comprovassem a existências e os locais em que estão instalados tais espaços esportivos. A partir desse levantamento foi feito o georeferenciamento desses locais dentro dos limites da regional Pampulha, obtendo uma imagem aérea, via Google Maps, com os locais em destaque onde existem espaços esportivos públicos instalados pela PBH⁷. Veja a figura abaixo:

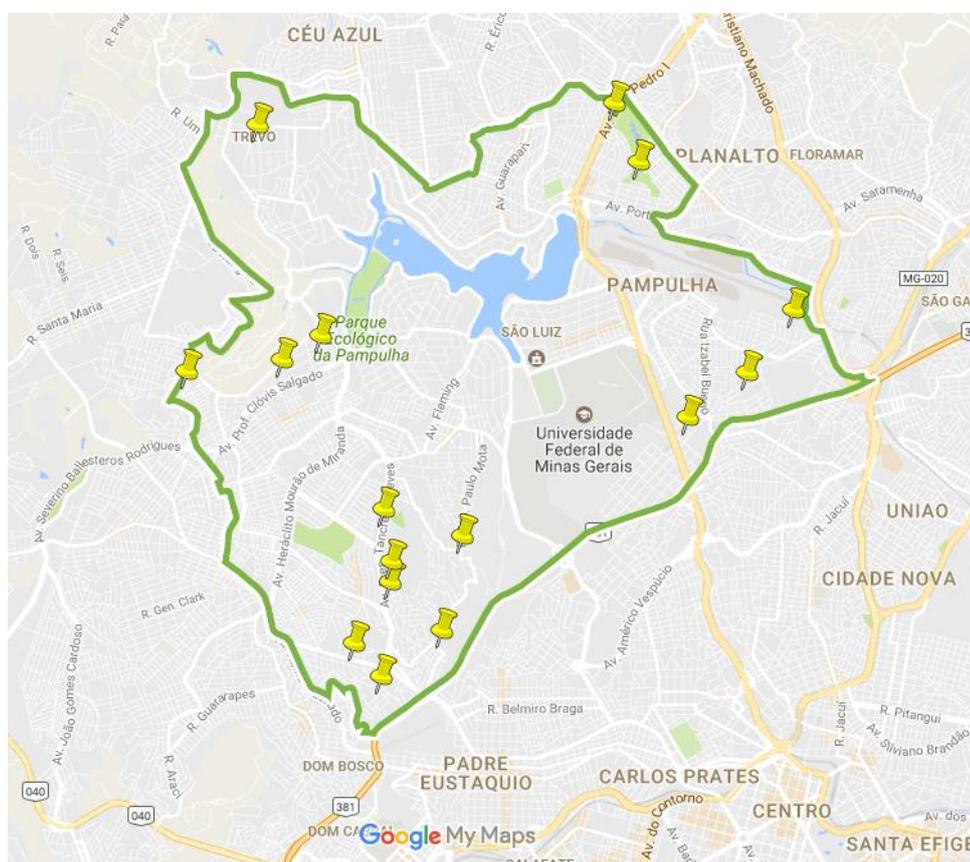


Figura 6: Distribuição dos Espaços Esportivos Públicos na regional Pampulha
Fonte: Google Maps - Elaborado pelo autor.

Esses espaços esportivos públicos podem possuir diversos equipamentos no seu interior, como exemplo o Espaço Esportivo Engenho Nogueira. Ele está localizado

⁷ No anexo 01 estão os detalhes acerca do local e nome de cada um dos espaços esportivos públicos expostos no mapa

na Rua João Martins de Souza, bairro Engenho Nogueira e possui uma quadra poliesportiva e uma quadra de peteca, além de um espaço de convivência. Veja as imagens capturadas abaixo (figura 5):



Foto 01: Ângulo de Vista da Rua João Martins De Souza



Foto 02: Imagem de Satélite do

Figura 7: Espaço Esportivo Engenho Nogueira

Fonte: Google Maps

Outros espaços esportivos públicos localizados na regional podem possuir diferentes equipamentos em seu interior, não há uma padronização para isso. Muitos deles possuem campo de futebol, academias a céu aberto, pista de cooper e caminhada e até pista de skate (esse último se encontra no Espaço Esportivo do Parque Ecológico Vencesli Firmino da Silva, bairro Alípio de Melo).

Como mostrado na figura 4 e na tabela 2, a regional Pampulha apresenta 16 espaços esportivos públicos distribuídos pela área territorial da regional de 51,03 Km^2 . Isso corresponde a 1 espaço esportivo público para cada 3,19 Km^2 . Em Belo Horizonte, somando os valores das nove regionais, temos o total de 184 espaços esportivos públicos distribuídos pela cidade, que por sua vez tem a área territorial, segundo o site do IBGE (<https://goo.gl/iBBgcX>), de 331,401 Km^2 . Sendo assim, Belo Horizonte possui 1 espaço esportivo público para cada 1,8 Km^2 , média muito inferior a apresentada pela regional Pampulha e mais favorável, pois quando levamos em conta que quanto menor for o valor da relação entre números de espaços esportivos públicos e a área territorial, mais próximo estará o espaço público da população e isso poderá estimular a fruição do esporte e lazer na cidade. Quanto maior o valor do indicador, mais distante poderá estar esse espaço público da população.

Na tabela abaixo, podemos observar os valores territoriais das demais regionais e seus respectivos números de espaços esportivos. Na última coluna está o resultado da relação entre esses dois dados, apresentando o número de espaços esportivos públicos por Km^2

Tabela 3: Esportivas Esportivos Públicos por Km^2

| Belo Horizonte Regionais | Extensão Territorial em Km^2 (IBGE 2010) | Nº de Espaços Esportivos (Dados PBH) | EEP p/ Km^2 |
|--------------------------|--------------------------------------------|--------------------------------------|---------------|
| BARREIRO | 53,00 | 34 | 1,56 |
| CENTRO-SUL | 31,73 | 13 | 2,44 |
| LESTE | 28,52 | 14 | 2,04 |
| NORDESTE | 39,33 | 18 | 2,19 |
| NOROESTE | 36,87 | 30 | 1,23 |
| NORTE | 34,32 | 22 | 1,56 |
| OESTE | 36,14 | 19 | 1,90 |
| PAMPULHA | 51,03 | 16 | 3,19 |
| VENDA NOVA | 28,30 | 18 | 1,57 |
| TOTAL GLOBAL | 331,40 | 184 | 1,84 |

Fonte: IBGE e PBH
Elaborado pelo autor.

A fórmula utilizada para se chegar aos valores descritos na última coluna da tabela 3 foi a seguinte:

$$EEP = \frac{\text{Extensão Territorial em } Km^2}{\text{Nº de Espaços Esportivos Públicos}}$$

Equação 2: Espaços Esportivos Públicos por km^2

Sobre a tabela 3 (apresentada acima) destaco que a regional Pampulha ocupa o pior resultado nessa relação. Em partes as explicações para isso se devem ao fato de que Belo Horizonte, e em especial a regional Pampulha, é atravessada por diversos cursos d'água. Por sua localização em um fundo de vale, caminho preferencial das águas em direção ao mar, tem-se dentro dessa regional muitas áreas de preservação ambiental devido à existência de córregos e nascentes. (Diagnóstico

Urbanístico-Ambiental - PBH, 2013, p. 10)

Segundo a PBH (<https://goo.gl/etnFsZ>, data de acesso 19/06/17), somente a Bacia da Pampulha é composta de 8 afluentes. São os córregos: Mergulhão, Tijuco, Ressaca, Sarandi, Água Funda, Braúna, Olhos D'água e AABB. Além desses afluentes, a regional possui diversas áreas de proteção ambiental, que nos mapas são espécies de “ilhas verdes” em meio ao crescente adensamento urbano da regional. O Campus UFMG, a Lagoa da Pampulha e a área do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade (aeroporto da Pampulha) também contribuem para a diminuição da área útil⁸ da regional, tornando-a grande em extensão, porém menor quando descontado essas áreas que não podem ser alteradas. No mapa a seguir (figura 6) é possível identificar essas áreas com mais facilidade.

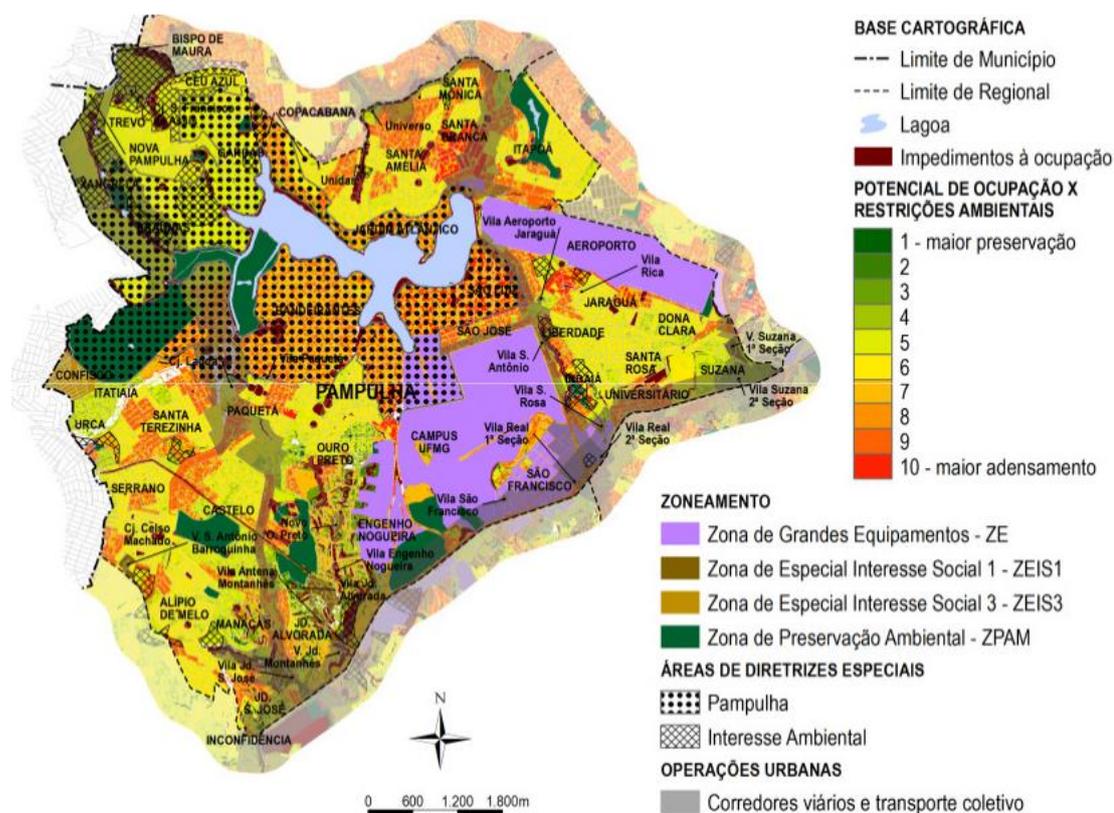


Figura 8: Potencial de Ocupação X Restrições Ambientais

Fonte: Planos Diretores Regionais - PBH

⁸ Esse termo é frequentemente utilizado no ramo de imóveis, porém aqui utilizo para explicar áreas que podem ser alteradas, descontando aquelas que estão sob preservação ou outras utilizações, como o Aeroporto, e não podem sofrer mudanças.

Todavia essa explicação não parece suficiente para explicar a baixa relação entre área territorial e espaços públicos para prática de lazer e esportes, dada a relação extremamente baixa que foi observada.

Na próxima seção será feita uma descrição da distribuição desses espaços esportivos na regional Pampulha, segundo os Territórios de Gestão Compartilhada (TGC). Esses territórios são a união de bairros com características sociais homogêneas dentro da própria regional. Essa análise ajuda a identificar se os espaços públicos de esporte e lazer atendem (ou não) àqueles que mais necessitam dessas políticas públicas.

4.3.A DISTRIBUIÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER NOS TERRITÓRIOS DE GESTÃO COMPARTILHADA DA REGIONAL PAMPULHA

A PBH desenvolveu uma metodologia própria de agrupamentos de bairros que são internos a uma regional de acordo com a afinidade de características e áreas homogêneas que elas possuem. Segundo o site da PBH (<https://goo.gl/PHkFQP>, acesso em 19/06/2017), estudos técnicos para delimitar tais áreas partiram da análise de critérios socioeconômicos, de infraestrutura e de características do espaço urbano, levando em conta o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), Índice de Salubridade Ambiental (ISA) e o valor do m² construído.

A partir da compilação desses dados de cada bairro de Belo Horizonte, a PBH criou, por meio do Decreto 14.724/2011, os Territórios de Gestão Compartilhada (TGC). Ao todo são 40 territórios (agrupamento de bairros) que se subdividem internamente nas regionais. (vide figura 7).

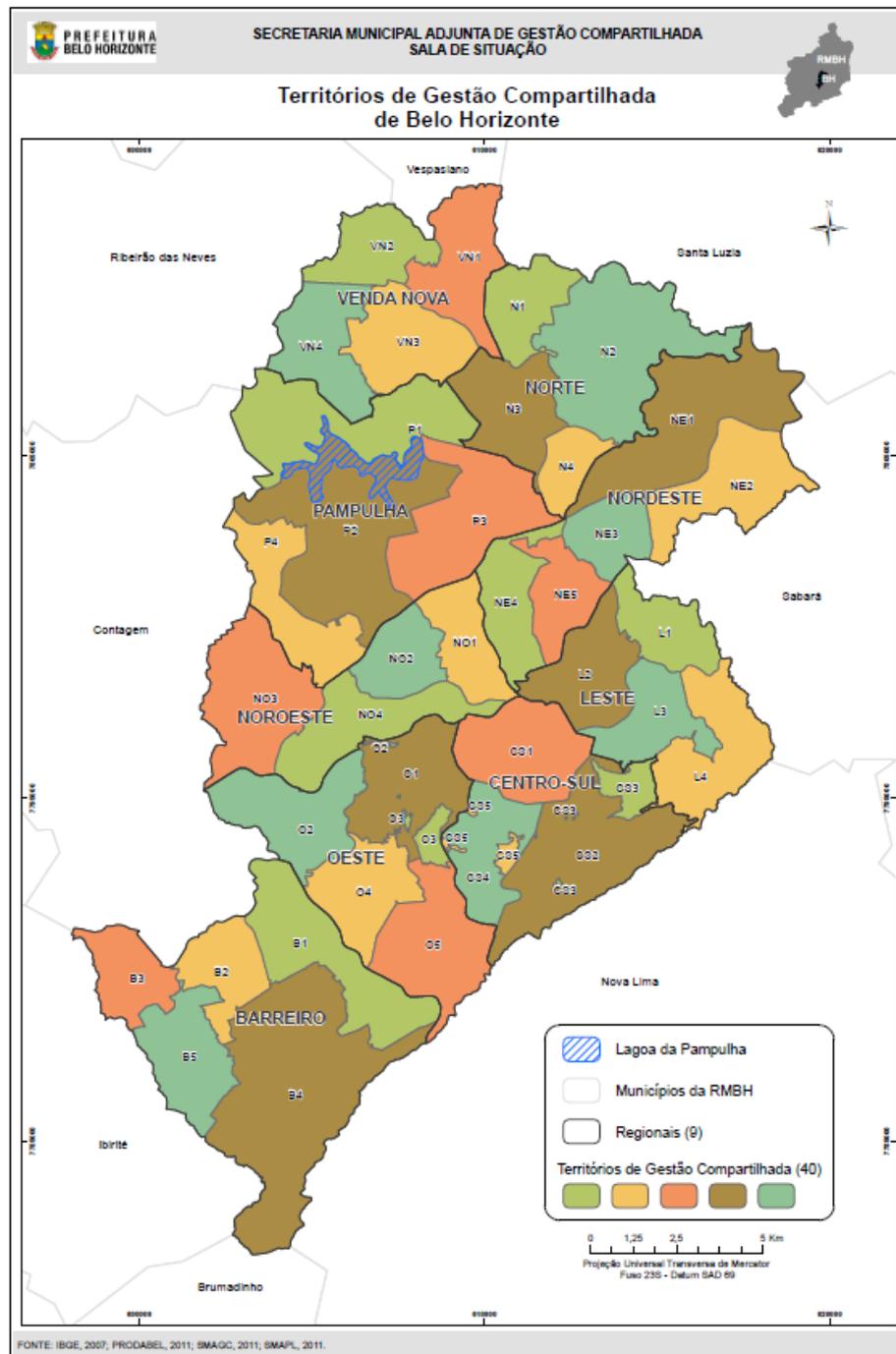


Figura 9: Territórios de Gestão Compartilhada de Belo Horizonte
 Fonte: Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada

A Regional Pampulha, foco desse diagnóstico, foi subdividida em quatro territórios, denominados como P1, P2, P3 e P4⁹. Foi feito o exercício de extrair do mapa completo dos Territórios de Gestão Compartilhada (TGC) de Belo Horizonte (figura 7) a área que a Regional Pampulha ocupa. Logo em seguida foram assinalados os

⁹ No anexo 2 estão os mapas individualizados com mais detalhes das áreas

locais em que estão instalados os espaços esportivos públicos, para fins de um diagnóstico de distribuição desses espaços na área dos TGC's. Veja o mapa a seguir (figura 8).

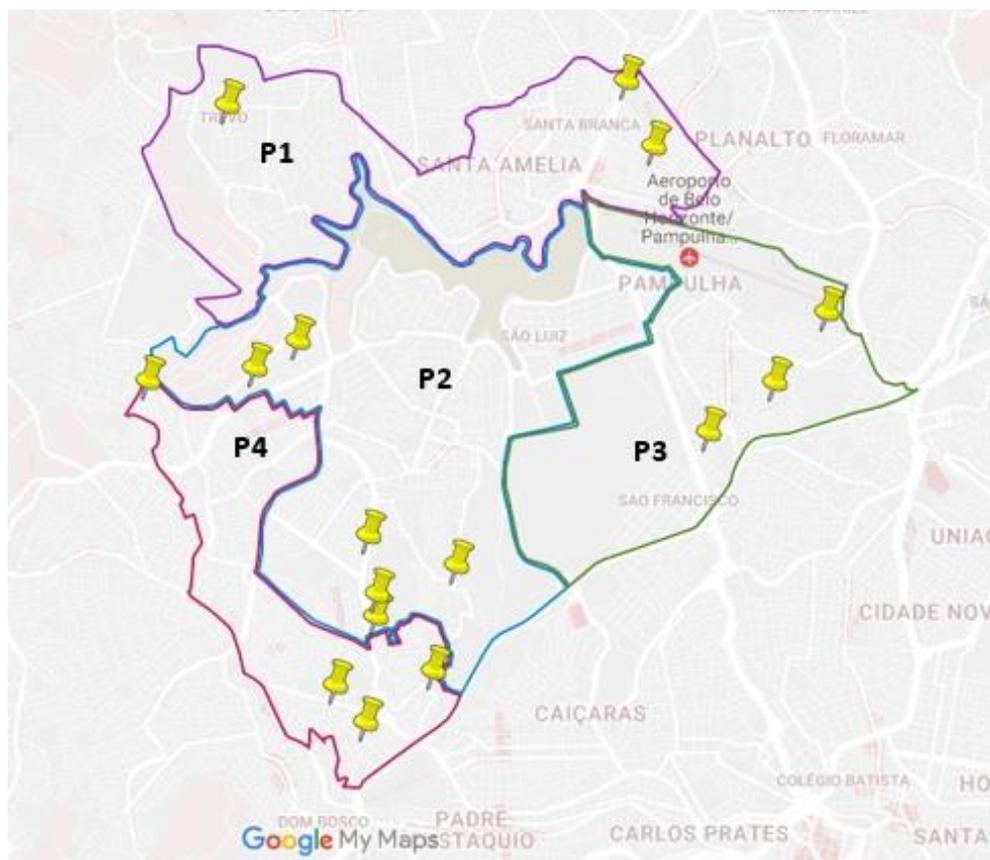


Figura 10: Territórios de Gestão Compartilhada na Regional Pampulha e os Espaços Esportivos

Fonte: Google Maps - Elaborado pelo autor

Ao analisar a alocação de espaços esportivos públicos nos quatro territórios estabelecidos pelo TGC podemos observar que o território P2 concentra a maior parte dos espaços esportivos públicos, tendo 6 dos 16 espaços que a região abriga, reunidos majoritariamente na parte sul desse território e o restante na porção leste. Os territórios P1, P3 e P4 apresentam, respectivamente, os valores de 3, 3 e 4 espaços esportivos públicos.

Após a visualização dessa distribuição de espaços esportivos públicos nos TGC da Regional Pampulha, foram identificados dados socioeconômicos dos territórios com vistas a relacionar as duas dimensões. Especificamente foram considerados a renda

média dos domicílios e a renda per capita dos moradores de tais territórios (P1, P2, P3 e P4), para assim sabermos se existe uma desigualdade social instalada na regional.

No site da PBH (<https://goo.gl/TjCtQL>, acesso em 19/06) é possível localizar diversos indicadores socioeconômicos do município e também dos territórios que compõem o TGC. A partir desses dados foi realizada a tabela abaixo, adaptando a tabela original, focalizando nossos olhares apenas na Regional Pampulha e em seus territórios.

Tabela 4: Domicílios Particulares Permanentes (DPP), Rendimento e rendimento médio per capita dos moradores por Território de Gestão Compartilhada (TGC) da Regional Pampulha – Belo Horizonte (2010)

| Região Administrativa /TGC | DPP's | População Residente em DPP's | Rendimento Médio dos DPP's | Rendimento Médio per Capita dos Moradores - DPP's |
|----------------------------|----------------|------------------------------|----------------------------|---------------------------------------------------|
| PAMPULHA | 71.795 | 224.795 | 4.126,32 | 1.317,86 |
| P1 | 15.127 | 47.804 | 4.476,56 | 1.416,55 |
| P2 | 18.239 | 55.078 | 5.946,18 | 1.969,07 |
| P3 | 13.387 | 41.116 | 4.224,70 | 1.375,52 |
| P4 | 25.042 | 80.797 | 2.536,70 | 786,22 |
| Belo Horizonte | 762.075 | 2.367.229 | 3.718,26 | 1.197,01 |

Fonte: IBGE, Censo 2010 - Resultados do Universo por setor censitário; Organização: SMAPL/PBH.
Elaborado pelo autor

Os dados da tabela mostram que nos territórios P1, P2 e P3, tanto em relação ao “rendimento médio dos domicílios particulares permanentes”¹⁰ quanto ao “rendimento per capita dos moradores” desses domicílios, os valores constatados superam os valores médios registrados na Regional Pampulha e também na cidade de Belo Horizonte.

O território P2 apresenta o melhor resultado quanto aos indicadores de rendimento médio per capita e domiciliar (respectivamente R\$ 1.969 e R\$ 5.946), e é justamente

¹⁰ DOMICÍLIO PARTICULAR PERMANENTE - Domicílio construído para fim residencial (casa, apartamento e cômodo).

também o território que compõe alguns dos bairros mais tradicionais da região (Bandeirantes, São José e São Luiz), citados anteriormente pelo APCBH. Esse território agrupa os bairros com os melhores índices de desenvolvimento humano da região, como por exemplo o bairro Bandeirantes. Segundo consulta no site do Atlas Brasil (<http://www.atlasbrasil.org.br>, acesso em 21/06/17), o IDHM do bairro Bandeirantes atinge o valor de 0,905. Conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), se comparado com outros países o referido bairro estaria muito próximo ao valor apresentado pelo IDH do Reino Unido, que equivale a 0,907 (site <https://goo.gl/4yWtYK>, acesso em 21/06/2017).

Todavia esses valores positivos não se repetem no território P4 no qual o desequilíbrio entre os demais territórios é evidente mesmo com análises superficiais. O rendimento médio per capita e domiciliar no território P4 (respectivamente R\$ 786 e R\$ 2.536), alcança, aproximadamente, 60% dos valores médios verificados na Regional Pampulha e, menos ainda, se comparado com o território P2. Esse dado mostra um grande contraste do território em relação aos demais, apontando que realmente existe uma desigualdade acentuada na regional. Dos bairros identificados nesse território chamo atenção para o Conjunto Confisco, Urca Serrano e Itatiaia, que se localizam logo na porção norte do território P4. Eles possuem IDHM com o valor de 0,683, segundo o Atlas Brasil (<http://www.atlasbrasil.org.br>, acesso em 21/06/17). Fazendo o mesmo exercício comparativo do IDHM desses bairros com o IDH de países, esses bairros teriam valores aproximados do Gabão ou da Indonésia (ambos com IDH de 0,684), segundo a PNUD (site <https://goo.gl/4yWtYK>, acesso em 21/06/2017).

O Reino Unido e o Gabão, no mapa real, possuem uma distância entre si aproximada de 18.000 km. Porém seus indicadores de desenvolvimento humano aproximado podem ser aplicados em bairros como Bandeirantes e Urca, dentro de uma mesma regional, que estão apenas a 2 km de distância e têm, inclusive, uma via principal que os liga, a Avenida Professor Clóvis Salgado. Veja a imagem a seguir.

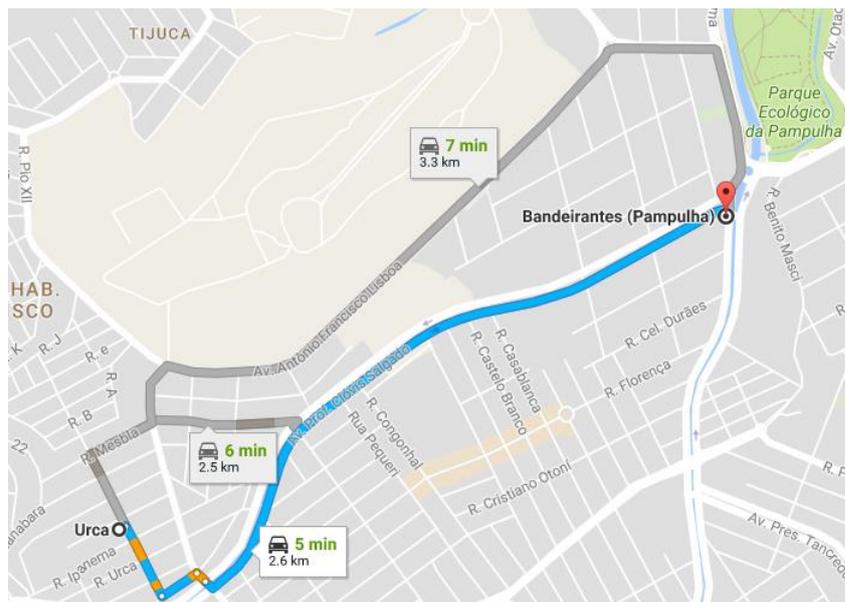


Figura 11: Rota entre os bairros Bandeirantes e Urca

Fonte: Google Maps - Elaborado pelo autor

É também no território P2 que verificamos o maior número de espaços públicos de lazer e esporte da Regional Pampulha. Isso nos demonstra que a alocação desses espaços não seguiu no passado uma lógica socioeconômica de priorização dos bairros com população mais pobre. Por conta disso gera-se um desequilíbrio ainda maior, pois essa alocação regressiva de espaços públicos contribui para o aprofundamento das disparidades entre esses territórios.

Para encerrar esse diagnóstico, concluo que há de fato um déficit de espaços públicos de esporte e lazer na Regional Pampulha e que a implantação de novos espaços deve ser orientada prioritariamente para o território P4, buscando diminuir as disparidades sociais registradas no território, assegurando a justiça social e a progressividade nas ações de políticas públicas.

5.PROJETO DE INTERVENÇÃO

O lazer e o esporte no Brasil passaram a ocupar legalmente posições de destaque na Constituição Federal de 1988, como já mencionado. Dessa forma essas duas áreas passam a compor o rol dos direitos sociais e sua entrega passa ser uma condicionante de cidadania. Isso, na prática, imputa responsabilidade ao Estado em se postar como protagonista no fomento de políticas públicas que concedam o acesso a ações de esporte e lazer para a população em geral.

O diagnóstico da seção anterior nos mostrou que certa parcela da população da Regional Pampulha tem seu acesso limitado a espaços públicos de esporte e lazer na regional por conta das distâncias que precisa percorrer até tais espaços. A infraestrutura de lazer e esporte em um raio próximo ao domicílio da população é um requisito relevante para motivar a prática do lazer e esporte, em suas diversas manifestações.

A segunda conclusão que chegamos é que o quantitativo de espaços públicos de esporte e lazer da Regional Pampulha não atende ao valor de referência de no mínimo um espaço esportivo público para cada 10.000 habitantes utilizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Isso também desestimula a prática de atividade física, do esporte e do lazer entre a população da regional.

A terceira e última conclusão que o diagnóstico apontou é que a alocação dos poucos espaços públicos de esporte e lazer existentes na regional não seguiu uma lógica socioeconômica de priorização dos bairros com população mais pobre, provocando uma alocação regressiva de espaços públicos e contribuindo para o crescimento das desigualdades sociais.

Considerando-se que além de o lazer e o esporte serem direitos constitucionais, é também um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil buscar reduzir desigualdades sociais e regionais (Art. 3º, C.F 88), proponho, nesse trabalho, um exercício de elaboração de um projeto de intervenção com vistas a ampliar o número de espaços públicos de esporte e lazer na Regional Pampulha, em Belo Horizonte, garantindo direitos constitucionais e priorizando a população de baixa renda.

Para isso utilizarei a metodologia da Árvore de Problemas e do Marco Lógico na elaboração do projeto. A Árvore de Problemas é uma metodologia auxiliar no diagnóstico de uma situação-problema e no planejamento que propicia um melhor enfoque na construção da matriz do Marco Lógico.

O Marco Lógico, por sua vez, é uma ferramenta metodológica mais completa, que permite planejar um programa que seja orientado para uma situação futura desejada. Segundo Pfeiffer (2006, p. 182), “ele é um instrumento que ajuda o gerenciamento da equipe por meio dos objetivos, indicadores e das atividades previamente definidas”, dando harmonia às ações desenvolvidas pelos indivíduos envolvidos no processo.

Dessa forma, iniciarei esse exercício partindo da construção da Árvore de Problemas. Subsequentemente introduzirei o Marco Lógico, analisando os componentes fundamentais do projeto de intervenção.

5.1.ÁRVORE DE PROBLEMAS

A metodologia da Árvore de Problemas se baseia na delimitação de um problema central, chamado de tronco da árvore. A partir desse tronco, é que teremos os ramos (que trataremos como consequências) e a raiz (que trataremos com causa). Essa metodologia busca identificar relações decorrentes do problema e aquelas que são causas do problema.

O método mais efetivo para se construir Árvores de Problemas se dá a partir da investigação dos problemas existentes em uma determinada área que se pretende intervir e as conexões que esses problemas possuem entre eles próprios. Ao fazer esse exercício (definindo a temática do esporte e lazer, a localidade de intervenção na Regional Pampulha e o público alvo como sendo a população de baixa renda) nos deparamos com diversos problemas e subproblemas, como ilustrado na Figura 10. Essas três variáveis (o quê, onde e quem) oferecem o ponto de partida para delimitação do problema central do estudo, compondo o tronco da árvore de problemas, que nesse trabalho determino como sendo: população de baixa renda do território P4 (TGC) da Regional Pampulha não pratica lazer e esporte recreativo.

Para compor os ramos da árvore foi destacado os efeitos imediatos provocados pelo problema central identificado. No trabalho, esses três efeitos imediatos principais tratam dos prejuízos à população mais pobre, da diminuição de espaços públicos compartilhados e na redução da prática de atividades físicas. Os efeitos subsequentes a esses listados deságuam em uma trinca de prejuízos sociais para a população de baixa renda, são eles a diminuição da qualidade de saúde, redução do nível de bem-estar, além do crescimento da desigualdade de acesso ao esporte e lazer entre as classes.

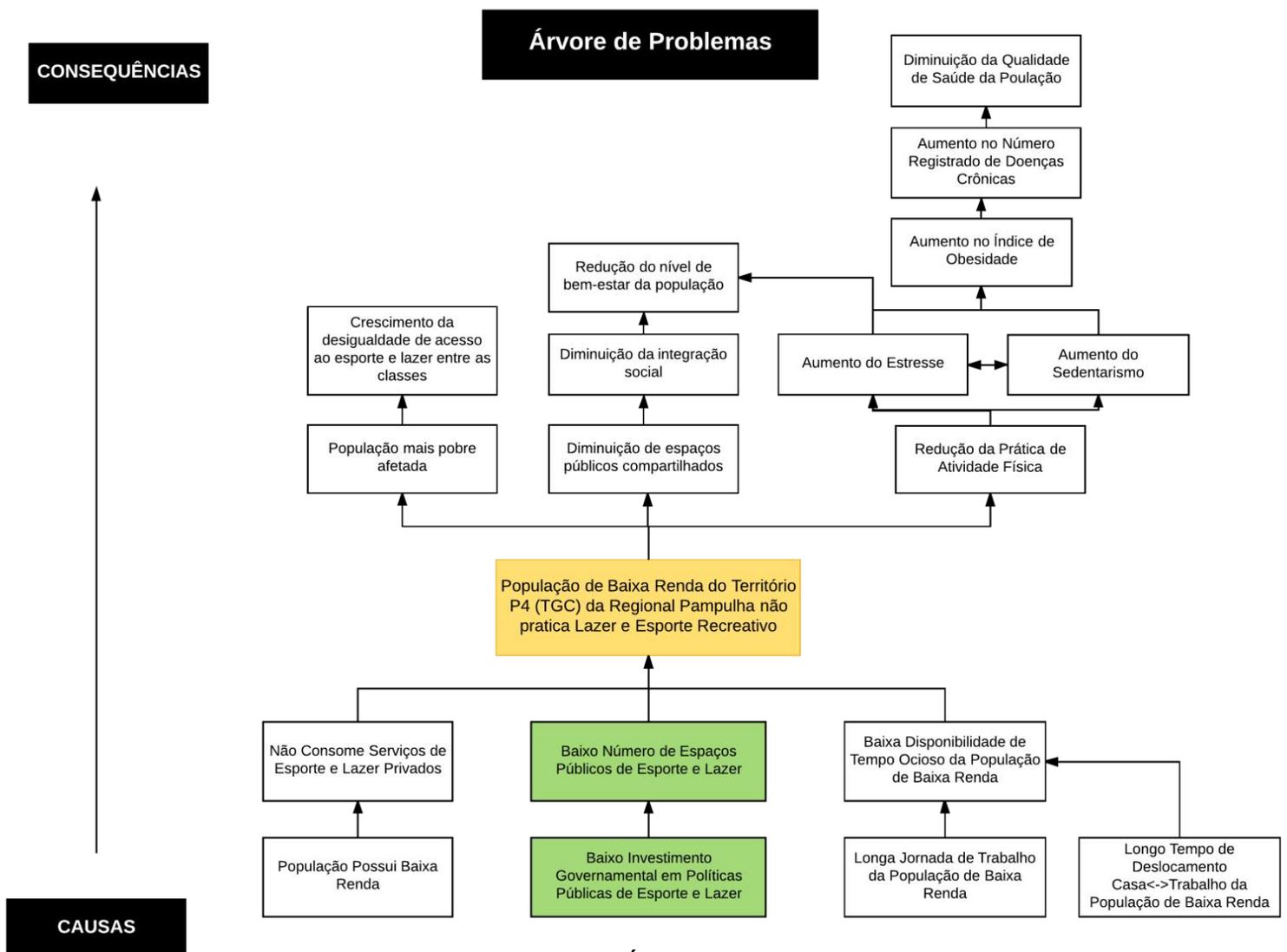


Figura 12: Árvore de Problemas

Fonte: Elaborado pelo autor

Já na outra ponta, ou nas raízes como aqui tratado, foi delimitado as causas imediatas e subsequentemente as causas mediatas. Das causas mais imediatas que

impedem a população de baixa renda da Regional Pampulha praticar lazer e esporte recreativo o trabalho destaca três, são elas: Não consumir serviços de esporte e lazer privados, baixo número de espaços e equipamentos públicos de lazer e esporte e, por último, a baixa disponibilidade de tempo ocioso dessa população. Essas causas imediatas são, respectivamente, causas mediatas do problema central pelo fato da população possuir baixa renda, do baixo investimento governamental em políticas públicas de esporte e lazer e das longas jornadas de trabalho acrescidas também de longos deslocamentos entre a casa e o trabalho.

Das causas apresentadas na Árvore de Problemas, o projeto de intervenção focará as ações no “Baixo número de espaços públicos de esporte e lazer” na Regional Pampulha. Fundamentado nessa causa que será proposto uma solução a partir da elaboração, na próxima seção, do Marco Lógico.

5.2.MARCO LÓGICO

O marco lógico surgiu da inquietude de pesquisadores da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) em busca de sanar problemas de precisão e clareza que muitas metodologias de projetos apresentavam em pontos principais, tais quais seus objetivos, atividades e resultados esperados. (PFEIFFER, 2006)

Esses pesquisadores elaboraram uma metodologia para desenhos de projetos baseada em uma tabela de linhas e colunas, que passou a se chamar Quadro Lógico. A metodologia citada partiu da experiência bem-sucedida de diversos outros métodos (tais como o *Management by Objectives* – Gerenciamento por Objetivos) e ganhou aprimoramentos, conseguindo suprir a demanda por maior precisão e clareza que despertou a busca por ele. Por ter conquistado o posto de metodologia segura e prática logo foi implementada por *think thanks*¹¹ e organizações internacionais, difundindo seu uso rapidamente.

A metodologia do QL é um instrumento que busca facilitar as decisões sobre o projeto e propõe que os pontos mais relevantes da intervenção sejam alocados na tabela com a finalidade de proporcionar um sequenciamento lógico, simples e

¹¹ Instituições ou organizações que difundem conhecimentos sobre assuntos estratégicos nos campos sociais, econômicos, científicos e políticos

metódico. Com isso feito tem-se um guia do projeto que proporciona uma avaliação contínua e direta do andamento dos processos. Recomenda-se seu uso durante todas as fases do projeto, ou seja, planejamento, implementação e avaliação.

Traçando um paralelo com o método da Árvore de Problemas, o QL não busca a situação-problema diagnóstica, mas sim a situação futura desejada, entendida como resultado da intervenção desenhada. Para Pfeiffer (2006, p. 150), “em busca de maior precisão desde o planejamento de um projeto, o QL propõe a descrição dos objetivos e resultados de tal forma que se consiga visualizar o alcançado”.

Segundo Pfeiffer (2006, p. 147), o QL não é um plano completo, mas “um resumo do plano de intervenção que fornece respostas basicamente às seguintes perguntas”:

- Por que o projeto deve ser realizado?
- Qual é o seu propósito e quais as mudanças a serem alcançadas?
- Como se pretende produzir melhorias?
- Quais as condições externas que influenciam o alcance dos resultados e dos seus efeitos?
- Como é possível identificar o alcance das melhorias e mudanças?

Sendo assim, ao se identificar o problema deve-se relacionar as causas para o planejamento de uma solução. Para essa tarefa é imprescindível o detalhamento dos problemas, do público alvo e outras características inerentes ao ambiente que o projeto se desenvolverá.

5.2.1.O QUADRO LÓGICO

Para Pfeiffer (2006, p.148), “o Quadro Lógico (QL) consiste de um conjunto de conceitos interdependentes que descrevem, de modo operacional e organizado, numa matriz, os aspectos mais importantes de um projeto de intervenção”. A partir desse detalhamento fica fácil verificar se a estruturação do projeto atende aos requisitos de objetividade e precisão, além de propor, numa segunda etapa, a avaliação permanente do projeto, de acordo com o seu desenrolar.

A leitura do QL é peculiar e deve ser feita com o olhar do fim da primeira coluna para

o início. Isso porque existe relações causais entre atividades, resultados, objetivo do projeto e objetivo superior. Em outras palavras, segundo a lógica vertical, “insumos e trabalhos (atividades) aplicados produzem resultados, esses provocam um efeito (objetivo do projeto), que por sua vez contribui para um objetivo superior, considerando as suposições importantes na cadeia lógica”. (Pfeiffer, 2006, p. 149, apud Bolay, 1953, p. 59)

Como mencionado anteriormente, o desencadeamento da relação citada deve ser lógico e alcançável, considerando suposições que por ventura possam existir e sempre tendo fontes de comprovação dos resultados dos processos desenvolvidos.

Tabela 5: Estrutura do Quadro Lógico

| | Lógica da Intervenção | Indicadores Objetivamente Comprováveis | Fontes de Comprovação | Suposições Importantes |
|------------------------|-----------------------|----------------------------------------|-----------------------|------------------------|
| Objetivo Superior | | | | |
| Objetivo do Projeto | | | | |
| Resultados ou Produtos | | | | |
| Atividades Principais | | | | |

Fonte: Pfeiffer, 2016

A primeira coluna do QL dedica-se a apresentar a orientação geral que o projeto pretende atingir, sendo cruzado pelas linhas que indicam o objetivo superior, objetivo do projeto, bem como os resultados e as atividades. Segundo Pfeiffer (2006), o objetivo superior é amplo e serve para orientar de forma geral a atuação do projeto no contexto organizacional, mas lembrando que esse objetivo deve ser alcançável e jamais fantasioso. O objetivo do projeto aponta o propósito da intervenção planejada e já a apresenta como alcançada. Esse campo preza pela clareza e precisão e deve descrever a situação futura desejada após o desenvolvimento do projeto. O alcance do objetivo do projeto está condicionado à confirmação dos resultados previstos por meio da execução das atividades e essas últimas devem estar alinhadas para confirmar a entrega do resultado, contemplando os diversos processos que devam ser feitos para produzir o resultado planejado.

Uma preocupação importante que o QL se atenta são as formas de linguagem utilizada. Os objetivos (superior e do projeto) e o resultado devem ser descritos como se já estivessem sido alcançados, utilizando o particípio como ferramenta principal para traduzir a localização no tempo da ação. Já as atividades devem ser colocadas com verbo no infinitivo, indicando claramente uma ação a ser feita. Para Pfeiffer (2006), a linguagem é um instrumento imprescindível para estabelecer uma comunicação clara e direta sobre onde se pretende chegar.

A segunda coluna do QL é intitulada de *Indicadores Objetivamente Comprováveis*. Nessa coluna se pretende apresentar os controles de desempenho do projeto. É lá que serão postos indicadores que ao serem verificados mostrarão se o projeto está atingindo o impacto esperado. É uma ferramenta importante na identificação da eficiência, eficácia e efetividade do projeto.

Quanto a terceira coluna do QL, chamada de *Fontes de Comprovação*, ela indica onde se encontram as informação e dados que compõem os indicadores e se preocupa que no futuro essas informações possam ser averiguadas, demonstrando que o indicador possui dados comprováveis. Já a quarta coluna as *Suposições Importantes* se preocupam com os fatores externos ao projeto que podem impactá-lo e comprometer seus resultados ou sua implementação. Aponta os riscos na execução e deixa o gestor do projeto ciente sobre o impacto na execução, propondo a ele se antever a questões que possam sabotar a implementação. Na seção adiante descrevo o projeto de implantação de espaços públicos de esporte e lazer na Regional Pampulha e seu correspondente QL.

5.2.2.DESCRICÃO DO PROJETO

Será aumentado o número de espaços públicos de esporte e lazer no território P4 (TGC) da Regional Pampulha com a finalidade de se aumentar a prática de atividades de esporte recreativo e lazer entre a população de baixa renda da regional. O trabalho opta pela ampliação do número de espaços públicos de esporte e lazer devido ao diagnóstico de que tal área possui um déficit, que por sua vez contribui para a não-prática de tais atividades pela comunidade.

No mapa abaixo (figura 11) é exposto o local proposto para a intervenção, representado pelo marcador vermelho e o círculo amarelo que demarca a área impactada pelo projeto. O território P4 foi escolhido devido ao desempenho socioeconômico citado no diagnóstico. Além disso observamos no próprio território um local onde não houvesse espaços públicos de esporte e lazer no raio adequado e a partir disso definimos que a porção norte do território P4 seria o local mais adequado por atender a todas as especificidades.

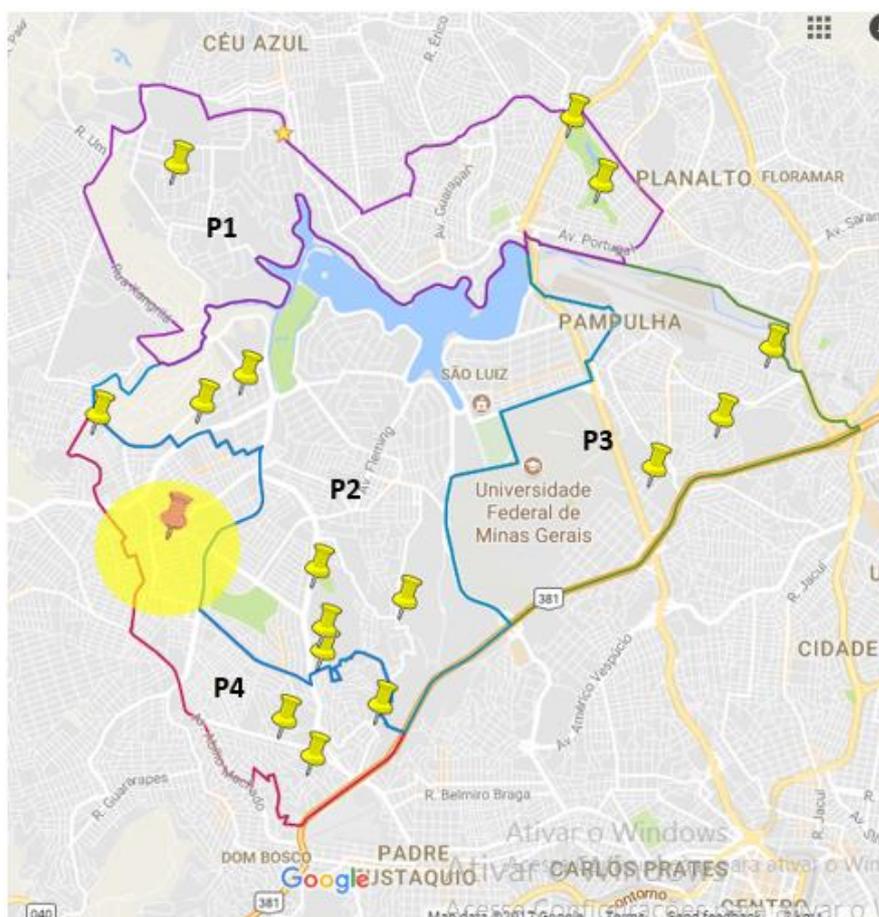


Figura 13: Local da Intervenção
Fonte: Google Maps – Elaborado pelo Autor

5.2.2.1. JUSTIFICATIVA

Esse projeto busca proporcionar a ampliação da infraestrutura de espaços de esporte e lazer no território P4 da Regional Pampulha atendendo aos seguintes dispositivos legais:

- Artigo 3º, inciso III da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a redução das desigualdades sociais e regionais
- Artigo 6º da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre o direito ao lazer
- Artigo 217 da Constituição Federal de 1988, que dispõe que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais

5.2.2.2.OBJETIVO

O projeto tem como objetivo aumentar a prática de atividades de esporte recreativo e lazer entre a população de baixa renda da Regional Pampulha. Ao atendê-lo buscamos contribuir para o aumento da prática de esporte recreativo e lazer entre a população da cidade de Belo Horizonte.

5.2.2.3.PÚBLICO ALVO

A definição do público-alvo foi guiada pelo perfil socioeconômico da região, buscando contemplar a população de baixa renda. O Estado deve prezar suas intervenções privilegiando aqueles que são menos favorecidos, apesar do lazer e do esporte ser um direito de todos.

5.2.2.4.RESULTADOS PREVISTOS

Os resultados (produtos) são os bens ou serviços produzidos pela implementação do projeto. O alcance do objetivo do projeto descrito no QL está condicionado à confirmação dos resultados previstos através da execução das atividades. No trabalho é apresentado o resultado esperado como sendo o aumento do número de espaços de esporte e lazer no território P4 (TGC) na Regional Pampulha.

| | Lógica da Intervenção | Indicadores Objetivamente Comprováveis | Fontes de Comprovação | Suposições Importantes |
|------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Objetivo Superior | Prática de Atividades de Esporte Recreativo e Lazer aumentada entre a População de Belo Horizonte | Diminuição dos valores médios aferidos em Belo Horizonte pelos Indicadores: <ul style="list-style-type: none"> • IEP • EEP | Relatórios/Documentos da PBH | A SMEL/PBH priorizar em suas ações a criação de espaços públicos de lazer e esporte na cidade |
| Objetivo do Projeto | Prática de Atividades de Esporte Recreativo e Lazer aumentada entre a População de Baixa Renda da Regional Pampulha | Diminuição dos valores médios aferidos nos territórios (TGC) da Regional Pampulha pelos Indicadores: <ul style="list-style-type: none"> • IEP • EEP | Relatórios/Documentos da PBH | A SMEL/PBH priorizar em suas ações a criação de espaços públicos de lazer e esporte na Regional Pampulha |
| Resultados | Número de Espaços Públicos de Esporte e Lazer aumentado no território P4 (TGC) na Regional Pampulha | Aumento do número de espaços públicos de esporte e lazer no território P4 na regional Pampulha | Relatório periódico publicado pela SMEL/PBH com o nº de equipamentos e espaços esportivos por regional | Orçamento e Financeiros disponíveis para a Realização da Licitação da Obra |
| Atividades Principais | 7 – Definir no âmbito da SMEL os locais que serão criados espaços e os equipamentos que serão disponibilizados | Número de Relatórios Técnicos feito pela PBH | Relatório Técnico feito pela PBH | Interesse da SMEL em criar projetos na área de infraestrutura |
| | 6 - Realizar previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes da obra a ser executada no exercício financeiro; | Números de Relatórios de previsão orçamentária | Relatório Técnico feito pela PBH | Existência de Recursos Orçamentários |
| | 5 - Executar projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório; | Projeto Básico disponibilizado | Site da PBH | Projeto Básico ser aprovado por órgão competente |

| | | | | |
|-----------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| Atividades Principais (Continuação) | 4 - Realizar Licitação para Contratação de Empreiteira Responsável pelo Projeto; | Publicação do Resultado da vencedora do processo licitatório | Diário Oficial do Município | Que no Pregão haja participante com oferta dentro dos padrões |
| | 3 - Efetuar o orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos; | Número de Planilhas com detalhamento dos custos | Relatório Técnico feito pela PBH | Existência de dados detalhados sobre o projeto que comprovem os custos que o envolvam |
| | 2 - Contratar Empresa, via licitação, para fornecer os equipamentos esportivos que comporão o espaço; | Publicação do Resultado da vencedora do processo licitatório | Diário Oficial do Município | Que no Pregão haja participante com oferta dentro dos padrões |
| | 1 - Promover e Divulgar o novo espaço público de esporte e lazer na comunidade | Número de Campanhas Publicitárias realizadas | Relatório Técnico feito pela PBH | Novo espaço estar apto para uso |

Fonte: Elaborado pelo autor

5.2.2.5.IMPLEMENTAÇÃO

A implementação do projeto se iniciará no território P4 da Regional Pampulha, região escolhida devido ao diagnóstico socioeconômico já mencionado. O bairro que será beneficiado com esse espaço público de esporte e lazer é o bairro Serrano, logo no extremo oeste da regional e norte do território P4. Na figura abaixo é exposta a linha limítrofe do bairro (em vermelho).

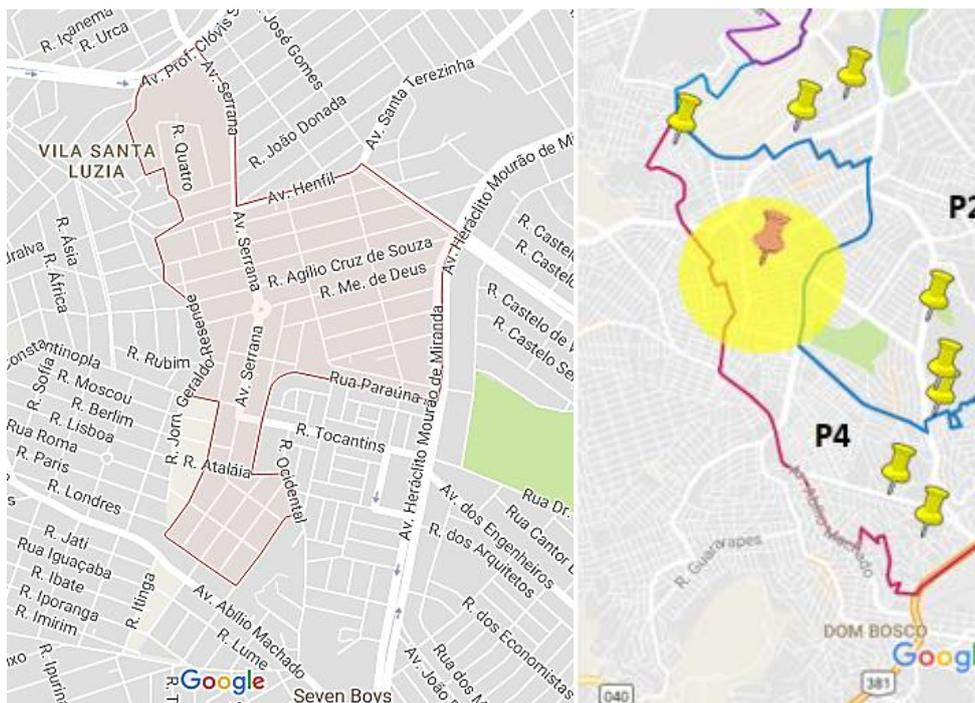


Figura 14: Bairro Serrano
 Fonte: Google Maps – Elaborado pelo autor

Esse bairro não possui espaços públicos de esporte e lazer cedidos pela PBH e até por isso sua disponibilização se faz de extrema importância para o fomento da prática esportiva e do cultivo ao lazer localmente. No bairro existe uma vasta área sob a administração da PBH e que não possui qualquer destinação, como mostra a figura abaixo (figura 13).



Figura 15: Local da Implementação
 Fonte: Google Maps – Elaborado pelo autor

O projeto de intervenção revitalizaria a área e a disponibilizaria para a população, abrindo um espaço para a prática do lazer e esporte e consequentemente colaborando para que esse direito social seja efetivado. O local descrito acima fica na Avenida Henfil e possui plena capacidade de espaço para atender ao que o projeto se propõe, possuindo aproximadamente área de 365m x 25m, ou seja 9.250 m².



Figura 16: Local da Implementação 2
Fonte: Google Maps – Elaborado pelo autor

Inicialmente, instalaríamos no local uma quadra poliesportiva oficial 20m x 40m reversível para uma quadra de basquete ou voleibol, além de um espaço de convivência e uma academia a céu aberto. Após a intervenção, o projeto pretende atingir o resultado mostrado na figura 15, logo abaixo. O quadrado verde no centro da figura representa o local de instalação da academia ao “ar livre”, enquanto que em seu entorno será feito um espaço de convivência e ao fundo uma quadra poliesportiva.



Figura 17: Protótipo do Projeto de Intervenção
 Fonte: Elaborado pelo autor

5.2.2.6. ORÇAMENTO

Diante do proposto, estima-se que deverá ser despendido neste projeto o valor de R\$ 118.142,09 (cento e dezoito mil cento e quarenta e dois reais e nove centavos).

Na tabela abaixo é apresentado a composição financeira do empreendimento, separado pela quadra poliesportiva, academia ao “ar livre” e equipamentos do espaço de convivência. As memórias de cálculos de cada item estão referenciadas no respectivo anexo.

Tabela 6: Composição Financeira do Empreendimento

| Empreendimento/ Equipamentos | Valor Final | Anexo com Memória de Cálculo |
|------------------------------------------|--------------------|-----------------------------------------|
| Quadra poliesportiva | R\$ 92.982,49 | Anexo 3 |
| Academia ao “ar livre” | R\$ 14.091,60 | Anexo 4 |
| Equipamentos do Espaço de Convivência | R\$ 11.068,00 | Anexo 5 |
| Total do Empreendimento | R\$ 118.142,09 | |

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.2.2.7.CRONOGRAMA

O cronograma de desenvolvimento das atividades é uma ferramenta que busca auxiliar o gestor público em relação ao melhor aproveitamento do tempo. Pensamos que todo o processo deva ocorrer no espaço de um ano e meio, partindo da prospecção de locais até a inauguração do projeto piloto. A partir dos desafios e gargalos encontrados nesse primeiro projeto os prazos poderão ser flexibilizados, buscando harmonizar o que ocorre na prática com os relatórios de acompanhamento.

| ATIVIDADES (itens constantes no Quadro Lógico) | 2018 | | | | | | | | | | | | 2019 | | | | | |
|---------------------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|------|---|---|---|---|---|
| | J | F | M | A | M | J | J | A | S | O | N | D | J | F | M | A | M | J |
| Definição dos Locais de Implementação | ■ | ■ | ■ | ■ | | | | | | | | | | | | | | |
| Previsão Orçamentária | | | | ■ | ■ | | | | | | | | | | | | | |
| Projeto Básico | | | | ■ | ■ | ■ | | | | | | | | | | | | |
| Licitação p/ Contratação de Empreiteira | | | | | | | ■ | ■ | | | | | | | | | | |
| Orçamento Detalhado dos Custos | | | | | | | | ■ | | | | | | | | | | |
| Construção do Espaço Público | | | | | | | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | | |
| Licitação p/ Aquisição de Equipamentos | | | | | | | | | | | | ■ | ■ | ■ | ■ | | | |
| Ações de Marketing p/ Promover o Espaço | | | | | | | | | | | | | | | | | ■ | ■ |

Fonte: Elaborado pelo autor

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título que a Regional Pampulha carrega de ser a regional da cidade vocacionada para o lazer e esporte recreativo, amplamente ventilado, não se traduz em políticas públicas que estimulem a implantação de espaços públicos de lazer e esporte (que por sua vez fomentam a prática de esporte e lazer a todos), mas sim que agentes privados fizeram dessa regional, por estímulos que tiveram no passado, um local de desenvolvimento econômico de seus serviços, basicamente atrelados ao turismo, lazer e esporte para aqueles que podem pagar, excluindo desse grupo a população de baixa renda.

É a partir dessa constatação que esse projeto de intervenção se faz relevante, buscando viabilizar o acesso gratuito da população de baixa renda do território P4 (TGC) da Regional Pampulha à prática de atividade física, de esporte e do lazer em espaços públicos tendo em vista a melhoria da qualidade da saúde da população, do crescimento do nível de bem-estar, do incentivo a prática de esportes e lazer, além da diminuição da desigualdade de acesso entre as classes. Consideramos que a disponibilização de infraestrutura esportiva e de lazer para a população potencializa o aumento destas práticas e que, conseqüentemente, impactará em uma melhoria, a médio prazo, na saúde e bem-estar da população.

Posto que a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), como mencionado, se propõe a cumprir a meta ambiciosa de se transformar na capital nacional da prática de esporte e lazer como instrumento de inclusão social e promoção da qualidade de vida, nada mais razoável que a resolução de gargalos estruturais, como apresentados no diagnóstico do trabalho, sejam solucionados.

Para se conquistar esse protagonismo a âmbito nacional, a política de distribuição de espaços públicos deve ser revista, os investimentos no setor intensificados e as ações da prefeitura universalizadas no município, garantindo o acesso e participação de todos, em especial da população de baixa renda. A lógica de ação pública focalizada em critérios socioeconômicos gera boas externalidades, contribuindo com o aumento do equilíbrio e diminuição das desigualdades sociais.

O exercício de elaboração desse projeto de intervenção permitiu refletir acerca da importância do tema do lazer e do esporte para a sociedade e ajudou a dimensionar

o tamanho da provocação que o processo de formulação e implementação de políticas públicas impõe aos envolvidos no projeto. Desde a concepção, os desafios foram constantes e frustrações recorrentes, todavia a conclusão do projeto nos traz a satisfação de que escolhas acertadas podem ser feitas até mesmo em momentos incertos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arretche, Marta TS. "**Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas.**" BIB, Rio de Janeiro 39 (1995): 3-40.

ASDI. Método do Quadro Lógico (MQL): : **UM RESUMO DA TEORIA POR TRÁS DO MÉTODO DO QUADRO LÓGICO.**, p.3-24, jan. 2003.

BELO HORIZONTE. ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **HISTÓRIAS DE BAIROS:** Regional Pampulha. Belo Horizonte: APCBH, 2011. 47 p.

BELO HORIZONTE. MARIA INÊS PEDROSA NAHAS. **Experiência de construção e perspectivas de aplicabilidade de índices e indicadores na gestão urbana da qualidade de vida:** uma síntese da experiência de Belo Horizonte. Belo Horizonte: PBH, 2007. 8 p.

BELO HORIZONTE. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **DIAGNÓSTICO URBANÍSTICO-AMBIENTAL.** Belo Horizonte: PBH, 2013. 24 p.

BELO HORIZONTE. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **PLANOS DIRETORES REGIONAIS.** Belo Horizonte: PBH, 2012. 45 p.

BELO HORIZONTE. Prefeitura. [Portal eletrônico da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer]. Belo Horizonte, [2013]. Disponível em: Acesso em: jun. 2017.

BRASIL. Ailton Fernando S de Oliveira. Universidade Federal do Sergipe (Org.). **DIAGNÓSTICO NACIONAL DO ESPORTE:** O perfil do sujeito praticante ou não de esportes e atividades físicas da população brasileira. Brasília: Ministério do Esporte, 2016. 70 p.

BRASIL. Constituição, de 1988. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 91/2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 23 junho de 2017.

CÂNDIDO, Cristiane Kelly de Oliveira. **VIDA ATIVA, SAUDÁVEL E CIDADÃ: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA OS IDOSOS DE BELO HORIZONTE.** 2016. 84 f. TCC (Graduação) - Curso de Gestão Pública, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CARVALHAIS, Emerson Pereira, ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 2013, Belo Horizonte. **AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE VOLTADAS PARA O LAZER.** Belo Horizonte: Sesc, 2013. 8 p.

Cassiolo, Martha, and Simone Guerresi. "**COMO ELABORAR MODELO LÓGICO: ROTEIRO PARA FORMULAR PROGRAMAS E ORGANIZAR AVALIAÇÃO.**" (2010).

CUNHA, Eleonora Schettini M.; CUNHA, Edite da Penha. **ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.1-37, abr. 2008.

DUMAZEDIER, J. **LAZER E CULTURA POPULAR.** São Paulo: Perspectiva, 1976.

ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 2015, Brasília. **LAZER, QUALIDADE DE VIDA E O MUNDO DO TRABALHO:** oportunidades no ramo de atividades profissionais. Brasília: Sesc, 2015. 9 p.

ESPIRITO SANTO. PREFEITURA DE VITÓRIA. **ETAPAS DE EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS.** Vitória: PV, 2010. 32 p.

GOFF, Jaques Le. **POR AMOR ÀS CIDADES.** Belo Horizonte: Unesp, 1998. 160 p.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **CENSO DEMOGRÁFICO 2010:** características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

ISAYAMA, Helder Ferreira et al (Org.). **AValiação de Políticas e Políticas de Avaliação:** Questões para o Esporte e o lazer. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 209 p.

LOPES, Tércila Betas et al. Reflexões sobre a política social e a política de lazer no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v. 19, p.332-362, set. 2016.

MARCELLINO, Nelson Carvalho; MARTINS, Sergio. Lazer, política e cidade. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú. **SOBRE LAZER E POLÍTICAS:** Maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 65-118.

MENICUCCI, T. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: QUESTÕES ANALÍTICAS E DESAFIOS POLÍTICOS.** In: ISAYAMA, H. F., LINHALES, M. A. (Org.). Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

MINAS GERAIS. Fundação João Pinheiro. Governo do Estado de Minas Gerais. **PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO.** Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2016. 645 p.

MINAS GERAIS. Gustavo Saporì Avelar. Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude - Seej (Org.). **ÍNDICE MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO.** 2. ed. Belo Horizonte: SEEJ, 2011. 124 p.

MINAS GERAIS. Thárcio Elizio dos Santos Silva. Secretaria de Estado de Turismo e Esportes (Org.). **ÍNDICE MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO.** 3. ed. Belo Horizonte: SETE, 2014. 29 p.

MOLINA, R. K. **POLÍTICAS DE ESPORTE E PROJETOS SOCIAIS: IMPACTOS NOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DOS JOVENS.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15., Pernambuco. Anais... Recife: CBCE, 2007. Disponível em: . Acesso em: 23 abr. 2009.

PFEIFFER, P. O Quadro Lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. **REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO**, Brasília, v.51, n.1, p.81-122, 2014.

PFEIFFER, P. O Quadro Lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. In: GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J.L. (Orgs.). **PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

GOVERNAMENTAL. Brasília: ENAP, 2006. p. 145-190.

ROLNIK, R. . **O LAZER HUMANIZA O ESPAÇO URBANO.** In: SESC SP. (Org.). Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000

Santos, Samuel, and Hélder Ferreira Isayama. "**O LAZER NA POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE DE MINAS GERAIS: O PROGRAMA FICA VIVO!**"-DOI: [http://dx. doi. org/10.18511/0103-1716/rbcm. v22n1p58-69.](http://dx.doi.org/10.18511/0103-1716/rbcm.v22n1p58-69) Revista Brasileira de Ciência e Movimento 22.1 (2013): 58-69.

SÃO PAULO. PREFEITURA DE SÃO PAULO. . Ciclovias em SP: : **INTEGRANDO E FAZENDO O BEM PARA A CIDADE. CET,** São Paulo, p.1-37, ago. 2014.

SILVA, Carla Cristiane da et al. O esporte e suas implicações na saúde óssea de ateltas. **REVISTA BRAS MED ESPORTE,** São Paulo, p.426-432, nov. 2003.

SILVA, Diego Augusto Santos; SILVA, Roberto Jerônimo dos Santos and PETROSKI, Edio Luiz. Prática de **FUTEBOL E FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS ASSOCIADOS EM ADOLESCENTES.** Rev. Bras. Ciênc. Esporte[online]. 2013, vol.35, n.1, pp.81-93. ISSN 2179-3255. [http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32892013000100008.](http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32892013000100008)

SILVEIRA, Eduardo Augusto Paolinelli. **O MÉTODO DO QUADRO LÓGICO EM UM PROJETO NA ÁREA DA SAÚDE: PREVENÇÃO DA DOR LOMBAR EM SERVIDORES PÚBLICOS QUE TRABALHAM SENTADOS.** 2014. 58 f. TCC (Especialização) - Curso de Especialização em Políticas Públicas, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SIMMEL, Georg **As grandes cidades e a vida do espírito** (1903)., Mana [online]. 2005, vol.11, n.2, pp.577-591. ISSN 0104-9313. [http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010.](http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010)

STIGGER, Marco Paulo et al. **O ESPORTE NA CIDADE:** Estudos etnográficos sobre sociabilidades esportivas em espaços urbanos. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 194 p.

VAZ, Alexandre Fernandez; MARTINS, Carlos José. Lazer, política e subjetividade. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú. **SOBRE LAZER E POLÍTICAS:** Maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 19-64.

WERNECK, C. L. G. **LAZER, TRABALHO E EDUCAÇÃO: RELAÇÕES HISTÓRICAS, QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS.** Belo Horizonte: Ed. UFMG/Celar, 2000.

ANEXOS

ANEXO 1

REGIONAL PAMPULHA – EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS ESPORTIVOS (Dados PBH)

1. ESPAÇO ESPORTIVO ESTRELA AZUL

- a. RUA COMENDADOR BARBOSA MELO, S/Nº - BAIRRO TREVO – CEP: 31545-220
- b. COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°50'4.56"S44° 0'31.75"W
- c. LINHA DE ÔNIBUS DE ACESSO: 2213
- d. CARACTERÍSTICAS: 01 CAMPO DE FUTEBOL, 01 QUADRA POLIESPORTIVA E ACADEMIA A CÉU ABERTO.

2. ESPAÇO ESPORTIVO PARQUE LAGOA DO NADO

- a. RUA LINCOLN PRATES, 240 – BAIRRO ITAPOÃ – CEP: 31710-650
- b. COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°49'54.61"S43°57'40.70"W
- c. LINHA DE ÔNIBUS DE ACESSO: 2207- 2208B -2210B -2210C -2211A -2214 -2224 A - 2234 A -2234B -2256A - 6350
- d. CARACTERÍSTICAS: 01 QUADRA POLIESPORTIVA, 01 QUADRA DE TÊNIS, 04 QUADRAS DE PETECA, ACADEMIA A CÉU ABERTO, PISTA DE COOPER/CAMINHADA, PISTA DE SKATE E PLAYGROUND.

3. CAMPO DE FUTEBOL TAÇA DE OURO / ESTÁDIO LAUDELINO GONÇALVES RIBEIRO

- a. RUA GEN. EPHIGÊNIO RUAS SANTOS, 400 – BAIRRO ITAPOÃ - CEP: 31710-500
- b. COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°50'21.17"S43°57'28.62"W
- c. LINHA DE ÔNIBUS DE ACESSO: 741 - 2211B
- d. CARACTERÍSTICAS: 01 CAMPO DE FUTEBOL.

4. ESPAÇO ESPORTIVO DO ENGENHO NOGUEIRA

- a. RUA JOÃO MARTINS DE SOUZA, S/Nº - ENGENHO NOGUEIRA – CEP: 31320-290
- b. COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°53'11.55"S43°58'53.54"W
- c. LINHA DE ÔNIBUS DE ACESSO: 8501
- d. CARACTERÍSTICAS: 01 QUADRA POLIESPORTIVA E 01 QUADRA DE PETECA.

5. CAMPO DE FUTEBOL DO PAQUETÁ / PRUDENTINO

- a. RUA FRANCISCA SANTOS ANASTASIA, S/Nº - PAQUETÁ – CEP: 30810-660
- b. COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°53'23.03"S43°59'27.62"W
- c. LINHA DE ÔNIBUS DE ACESSO: 3501A
- d. CARACTERÍSTICAS: 01 CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY.

6. CAMPO DE FUTEBOL SANTA TEREZINHA / SETE ESTRELAS / IMPERIAL

- a. AV. PROF. CLÓVIS SALGADO, S/Nº - BANDEIRANTES – CEP: 31365-440
- b. COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°51'51.58"S44° 0'20.34"W
- c. LINHA DE ÔNIBUS DE ACESSO: 3301A
- d. CARACTERÍSTICAS: 01 CAMPO DE FUTEBOL E ACADEMIA A CÉU ABERTO.

7. ESPAÇO ESPORTIVO PARQUE MUNICIPAL CÁSSIA ELLER / PRAÇA 1048

- a. AV. JAIR GOMES BASTOS, S/Nº - PAQUETÁ – CEP: 31330-910
- b. COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°52'59.11"S43°59'31.08"W
- c. LINHA DE ÔNIBUS DE ACESSO: 3501ª
- d. CARACTERÍSTICAS: 01 CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY, 01 QUADRA DE PETECA, PISTA DE COOPER/CAMINHADA E PLAYGROUND.

8. CAMPO DE FUTEBOL ESTÁDIO TADEU SANTANA DE JESUS / RACING

- a. RUA ARISTÓTELES RIBEIRO VASCONCELOS, 87ª - SANTA ROSA – CEP: 31255-430
- b. COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°51'57.25"S43°56'36.64"W
- c. LINHA DE ÔNIBUS DE ACESSO: 5031
- d. CARACTERÍSTICAS: 01 CAMPO DE FUTEBOL

9. QUADRA DO SANTA ROSA / CALDAS DA RAINHA

- a. RUA CALDAS DA RAINHA, 565 - BAIRRO SÃO FRANCISCO – CEP: 31255-180
- b. COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°52'17.69"S43°57'5.55"W
- c. LINHA DE ÔNIBUS DE ACESSO: 5031 - 5201 - 5401 - 9501
- d. CARACTERÍSTICAS: 01 QUADRA POLIESPORTIVA.

10. CAMPO DE FUTEBOL SÃO JOSÉ OPERÁRIO / PARQUE DONA CLARA

- a. RUA MIN. OROZIMBO NONATO, 506 - DONA CLARA – CEP: 31260-230
- b. COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°51'28.55"S 43°56'14.93"W
- c. LINHA DE ÔNIBUS DE ACESSO: 9503
- d. CARACTERÍSTICAS: 01 CAMPO DE FUTEBOL, PISTA DE COOPER/CAMINHADA E PLAYGROUND.

11. ESPAÇO ESPORTIVO DO BAIRRO CONFISCO

- a. RUA K, Nº 126 – BAIRRO CONFISCO – CEP: 31360-510
- b. COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°51'56.34"S44° 1'5.76"W
- c. LINHA DE ÔNIBUS DE ACESSO: 4403
- d. CARACTERÍSTICAS: 01 CAMPO DE FUTEBOL, 01 QUADRA POLIESPORTIVA, 02 QUADRAS DE PETECA E ACADEMIA A CÉU ABERTO.

12. ESPAÇO ESPORTIVO JARDIM ALVORADA / FLOR D'ÁGUA

- a. RUA ANTÔNIO PIO CARDOSO, S/Nº - JARDIM ALVORADA – CEP: 30810-600
- b. COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°53'32.42"S43°59'28.30"W
- c. LINHA DE ÔNIBUS DE ACESSO: 3501A
- d. CARACTERÍSTICAS: 02 QUADRAS POLIESPORTIVAS.

13. ESPAÇO ESPORTIVO DO PARQUE ECOLÓGICO VENCESLI FIRMINO DA SILVA / GCAM

- a. RUA AGRÔNOMOS, 285 - ALÍPIO DE MELO – CEP: 30840-110
- b. COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°53'32.69"S44° 0'1.75"W
- c. LINHA DE ÔNIBUS DE ACESSO: 1404A - 1404B - S54
- d. CARACTERÍSTICAS: 01 CAMPO DE FUTEBOL, 01 QUADRA POLIESPORTIVA, PISTA DE COOPER/CAMINHADA, PISTA DE SKATE E PLAYGROUND.

14. QUADRA DO PARQUE JARDIM MONTANHÊS

- a. RUA FLOR DA VERDADE, 640 - VILA JARDIM MONTANHÊS – CEP: 30810-110
- b. COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°53'54.64"S43°59'3.59"W
- c. LINHA DE ÔNIBUS DE ACESSO: 404 – 3501 A - 3501B
- d. CARACTERÍSTICAS: 01 QUADRA POLIESPORTIVA, PISTA DE COOPER/CAMINHADA, E PLAYGROUND.

15. QUADRA DO BAIRRO JARDIM SÃO JOSÉ

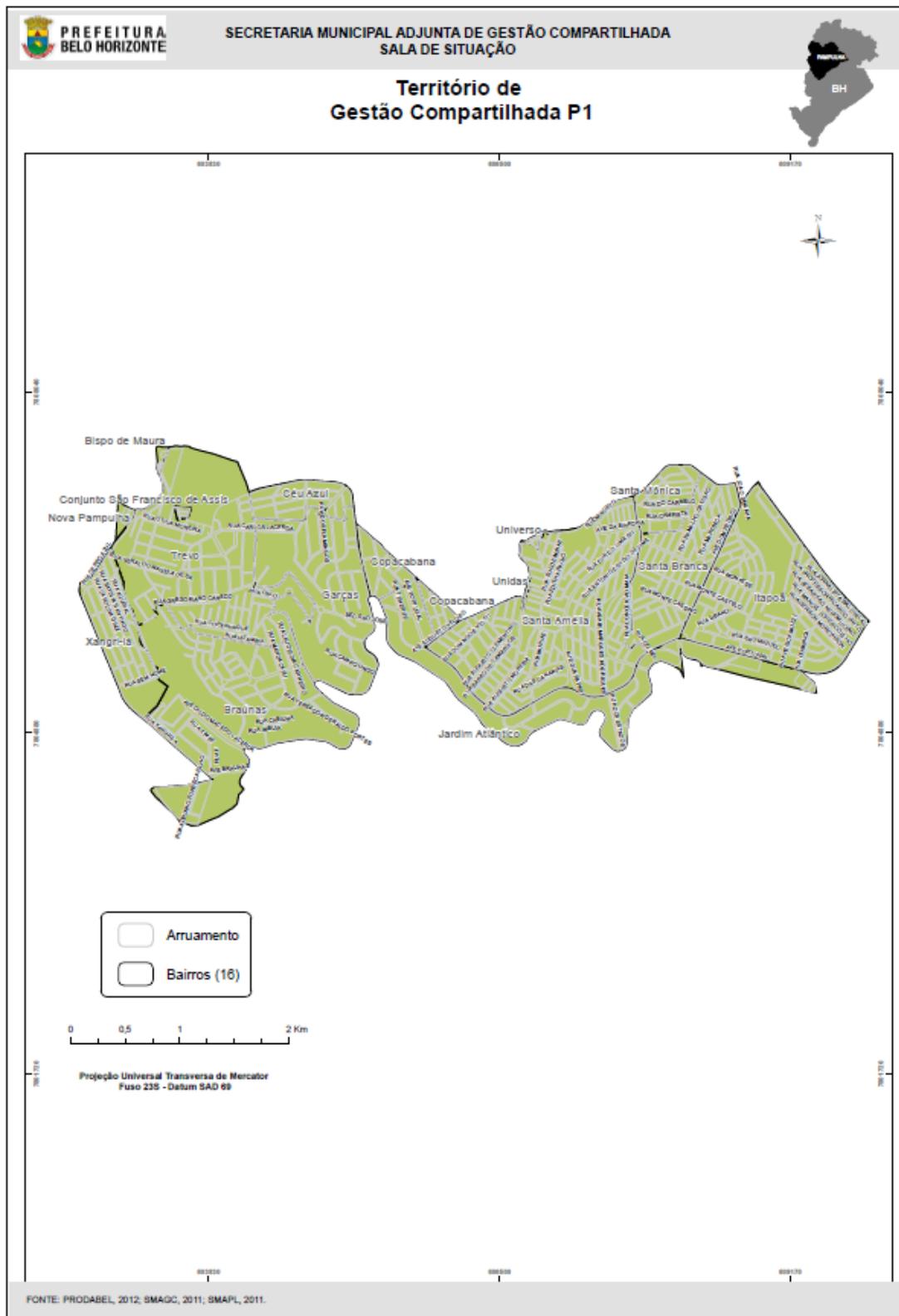
- a. RUA URUCÂNIA, 84 - JARDIM SÃO JOSÉ – CEP: 30820-100
- b. COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°54'15.34"S43°59'32.58"W
- c. LINHA DE ÔNIBUS DE ACESSO: 8401
- d. CARACTERÍSTICAS: 01 QUADRA POLIESPORTIVA.

16. QUADRA DA VILA JARDIM SÃO JOSÉ PRAÇA

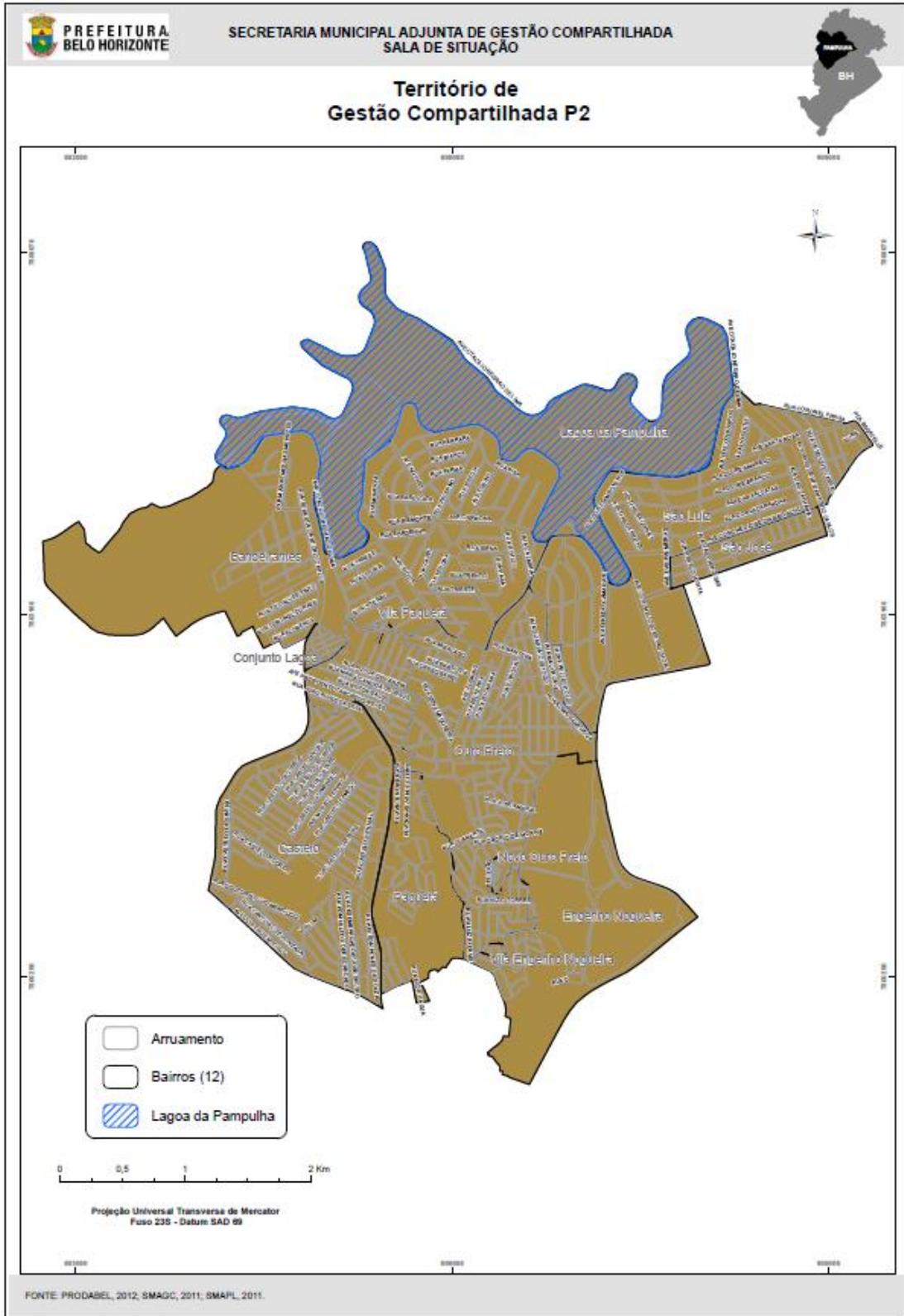
- a. AV. JOÃO XXIII, S/Nº - VILA JARDIM SÃO JOSÉ – CEP: 30820-650
- b. COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°54'0.48"S43°59'45.36"W
- c. LINHA DE ÔNIBUS DE ACESSO: 406 – 5550
- d. CARACTERÍSTICAS: 01 QUADRA POLIESPORTIVA, PISTA DE COOPER/CAMINHADA E ACADEMIA A CÉU ABERTO.

ANEXO 2

Território de Gestão Compartilhada – Regional Pampulha



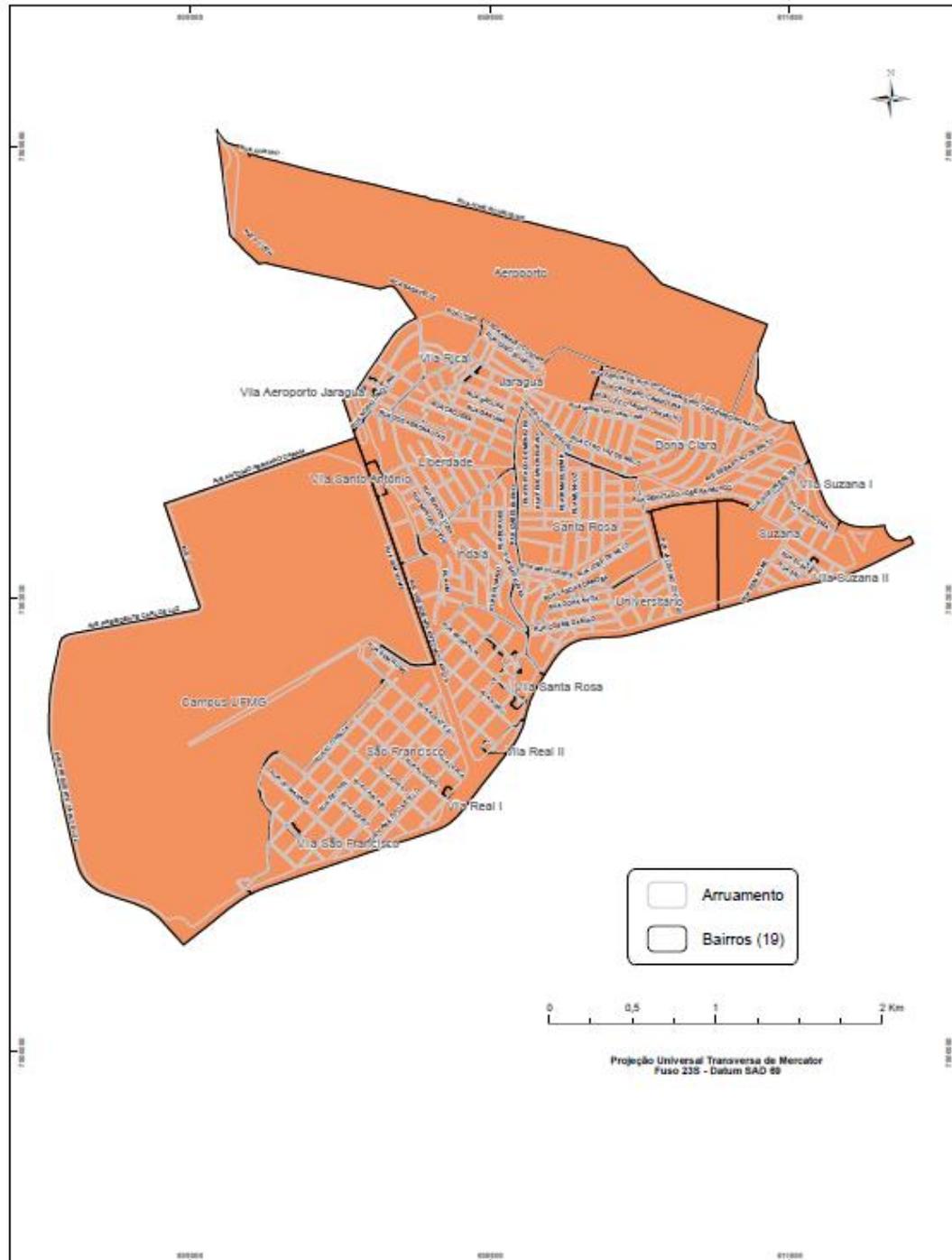
Fonte: PBH



Fonte: PBH



Território de Gestão Compartilhada P3

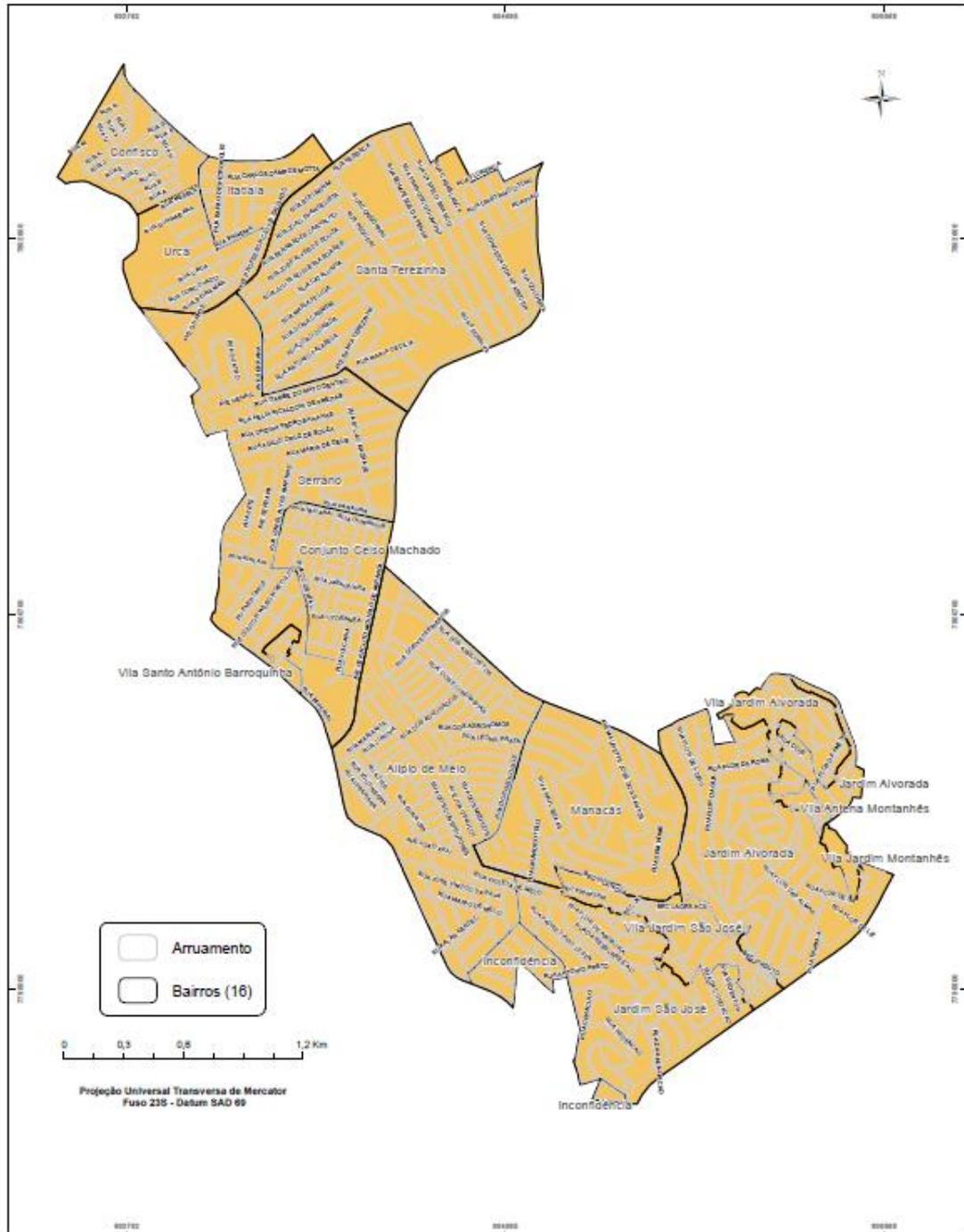


FONTE: PRODABEL, 2012; SMAGC, 2011; SMAPL, 2011.

Fonte: PBH



Território de Gestão Compartilhada P4



FONTE: PRODABEL, 2012; SMAGC, 2011; SMAPL, 2011.

Fonte: PBH

ANEXO 3

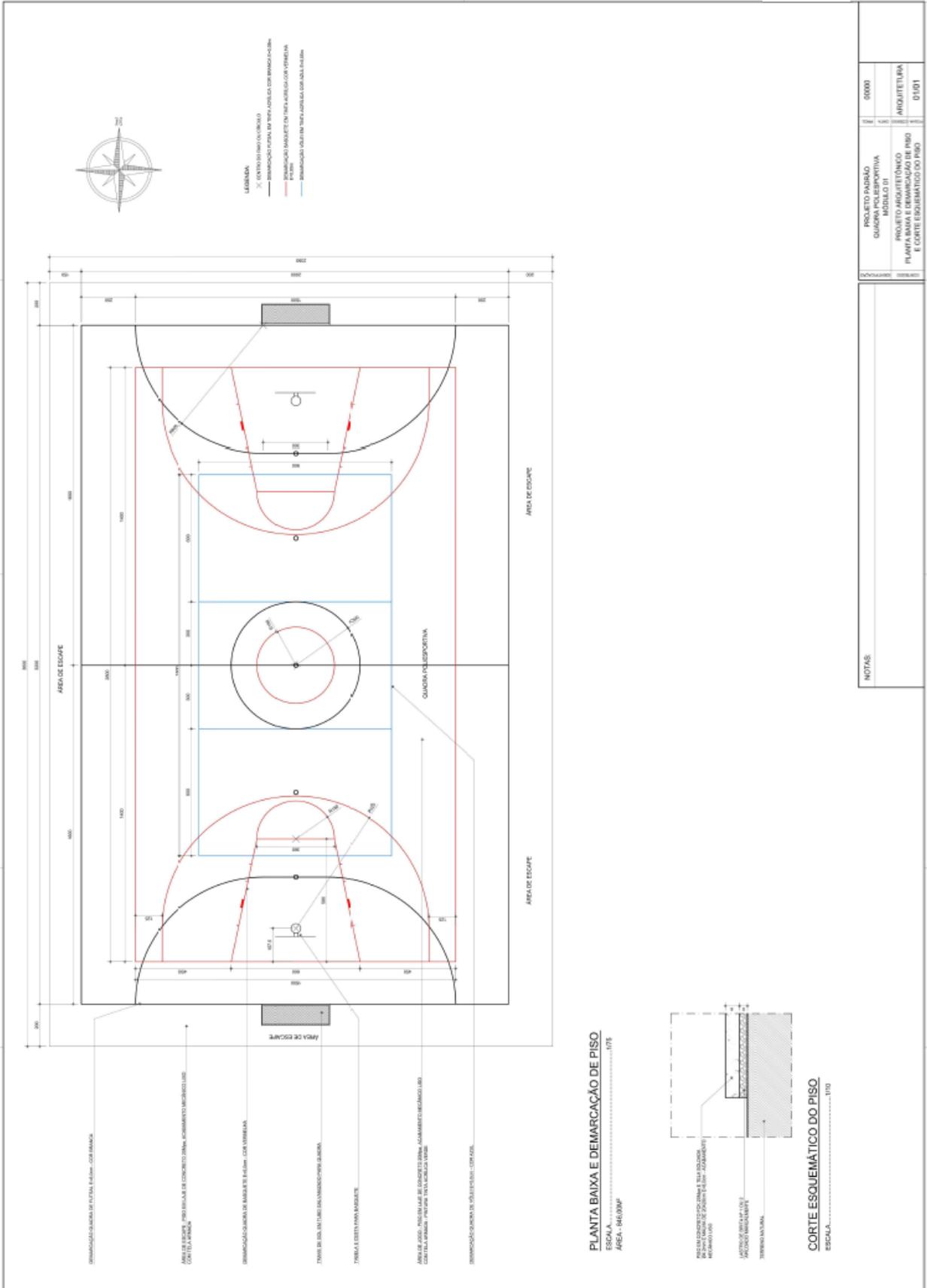
Quadra Poliesportiva – Orçamento, memória de cálculo e planta da obra

Preço de referência obtido por meio da planilha da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - SETOP

| PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------|-------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|---------|--------------|----------------------|
| OBRA: Quadra Poliesportiva com demarcação de piso | | DATA: Julho/2017 | | | | |
| REGIÃO/IMÉ DE REFERÊNCIA: SETOP Região Central / Março/2017 | | PRAZO DE EXECUÇÃO: 4 meses | | | | |
| VALIDADE: - | | LOCAL: Belo Horizonte | | | | |
| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | QUANTID. | UNIDADE | PREÇO UNIT. | TOTAL |
| 1 | | Serviços preliminares | | | | |
| 1.1 | PRE-LIM-005 | LIMPEZA DO TERRENO, CAPINA E QUEIMA | 969,00 | m² | R\$ 4,10 | R\$ 3.972,90 |
| 1.2 | IIO-PLA-005 | FORNIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (3,00 X 1,50 M) - GOVERNO DO ESTADO | 1,00 | uni. | R\$ 1.095,25 | R\$ 1.095,25 |
| 2 | | Locação da obra | | | | |
| 2.1 | LOC-OB-005 | LOCAÇÃO DA OBRA (GABARITO) | 846,00 | m² | R\$ 6,92 | R\$ 5.854,32 |
| 3 | | Pisos | | | | |
| 3.1 | FUN-FOR-005 | FORMA E DESFORMA EM MADEIRA DE LEI | 17,85 | m² | R\$ 62,99 | R\$ 1.124,37 |
| 3.2 | FUN-LAS-010 | LASTRO DE BRITA 2 OU 3 APILOADO MANUALMENTE | 42,30 | m² | R\$ 97,21 | R\$ 4.111,98 |
| 3.3 | PIS-LAJ-025 | LAJE DE TRANSIÇÃO E= 8CM, FCK=18MPA USINADO(MECANIZADO), INCLUSIVE TELA 0,97 KG/M2 E ACABAMENTO NIVEL ZERO | 846,00 | m² | R\$ 69,03 | R\$ 58.399,38 |
| 4 | | Pintura | | | | |
| 4.1 | PIN-ACR-035 | PINTURA ACRÍLICA DE PISO DE QUADRAS ESPORTIVA | 640,00 | m² | R\$ 13,02 | R\$ 8.332,80 |
| 4.2 | PIN-ACR-030 | PINTURA ACRÍLICA PARA DEMARCAÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA | 443,05 | m | R\$ 4,04 | R\$ 1.789,92 |
| 5 | | Equipamentos esportivos | | | | |
| 5.1 | EQP-ESP-005 | TRAVES DE GOL EM TUBO GALVANIZADO P/ QUADRA | 2,00 | un. | R\$ 611,25 | R\$ 1.222,50 |
| 5.2 | EQP-ESP-020 | REDE DE VÔLEI/ MASTRO EM TUBO GALVANIZADO S/ PEDESTAL | 1,00 | cj | R\$ 495,00 | R\$ 495,00 |
| 5.3 | EQP-ESP-030 | TABELA DE BASQUETE EM POSTE METÁLICO E SUPORTE DE PISO | 2,00 | un. | R\$ 1.329,31 | R\$ 2.658,62 |
| 6 | | Limpeza Geral | | | | |
| 6.1 | LIM-GER-005 | LIMPEZA GERAL DE OBRA | 846,00 | m² | R\$ 4,64 | R\$ 3.925,44 |
| | | | | | TOTAL | R\$ 92.982,49 |

Fonte: Secretaria de Estado de Esportes

| MEMÓRIA DE CÁLCULO | | | |
|-------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| OBRA: Quadra Poliesportiva com demarcação de piso | | DATA: Julho/2017 | |
| REGIÃO/MÊS DE REFERÊNCIA: SETOP Região Central / Março/2017 | | PRAZO DE EXECUÇÃO: 4 meses | |
| VALIDADE: - | | LOCAL: Belo Horizonte | |
| ITEM | DESCRIÇÃO | FÓRMULAS | TOTAL |
| 1 | Serviços preliminares | | |
| 1.1 | LIMPEZA DO TERRENO, CAPINA E QUEIMA | $(38,0 \times 25,5) =$ | 969,00 m ² |
| 1.2 | FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (3,00 X 1,50 M) - GOVERNO DO ESTADO | | |
| 2 | Locação da obra | | |
| 2.1 | LOCAÇÃO DA OBRA (GABARITO) | $(36,0 \times 23,5) =$ | 846,00 m ² |
| 3 | Pisos | | |
| 3.1 | FORMA E DESFORMA EM MADEIRA DE LEI | $[(36,0 + 23,5 + 36,0 + 23,5)] \times 0,15 =$ | 17,85 m ² |
| 3.2 | LASTRO DE BRITA 2 OU 3 APILOADO MANUALMENTE | $(36,0 \times 23,5) \times 0,05 =$ | 42,30 m ² |
| 3.3 | INCLUSIVE TELA 0,97 KG/M2 E ACABAMENTO NÍVEL ZERO | $(36,0 \times 23,5) =$ | 846,00 m ² |
| 4 | Pintura | | |
| 4.1 | PINTURA ACRÍLICA DE PISO DE QUADRAS ESPORTIVA | $(32,0 \times 20,0) =$ | 640,00 m ² |
| 4.2 | PINTURA ACRÍLICA PARA DEMARCAÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA | Volei: $(18,0 \times 2) + (9,0 \times 4) = 72,0$ Basquete: $(28,0 + 15,0) \times 2 + 2 \times (19,6 + 3,15 + 11,6 + 3,6 + 5,65) + 11,30 = 184,5$ Futsal: $(32,0 + 20,0) \times 2 + 20,0 + 18,85 + (3,0 + 18,85) \times 2 = 186,55$ | 443,05 m |
| 5 | Equipamentos esportivos | | |
| 5.1 | TRAVES DE GOL EM TUBO GALVANIZADO P/ QUADRA | | |
| 5.2 | REDE DE VÔLEI C/ MASTRO EM TUBO GALVANIZADO S/ PEDESTAL | | |
| 5.3 | TABELA DE BASQUETE EM POSTE METÁLICO E SUPORTE DE PISO | | |
| 6 | Limpeza Geral | | |
| 6.1 | LIMPEZA GERAL DE OBRA | $(36,0 \times 23,5) =$ | 846,00 m ² |



Fonte: Secretaria de Estado de Esportes

ANEXO 4

Aquisição de equipamentos de ginástica para implantação de academias ao “Ar Livre”

Preço de referência obtido por meio do Módulo de Melhores Preços do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços – SIAD

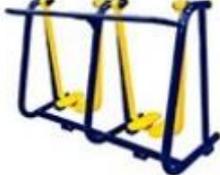
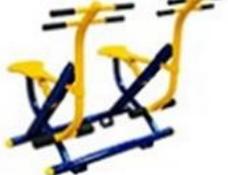
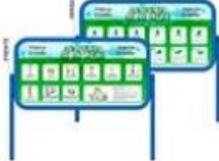
| Item | Código do item no SIAD | Quantidade | Unidade de medida | Descrição do item | Valor Unitário | Valor Total |
|------|------------------------|------------|-------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|-------------|
| 1 | 129898-4 | 1 | Unidade | ESQUI; TIPO: DUPLO CONJUGADO; Estrutura: tubos de aço carbono; Acabamento: pintura a pó eletrostática e cortes a laser; Aparelho fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 2 1/2 polegadas; 1 polegada x 1,50 mm; 1 1/2 polegada x 1,50 mm; metalão de no mínimo 30 x 50 x 2 mm; Chapa antiderrapante de no mínimo 3 mm; Pinos maciços rolamentados com rolamentos duplos; Batentes de borracha; solda MIG; Orifícios para fixação do equipamento (chumbadores Parabout); Tampão de plástico ou metal arredondado. Especificações musculares em cada aparelho. Resistentes às ações climáticas permite a pratica de 02 (dois) usuários simultaneamente. | 2.372,42 | 2.372,42 |
| 2 | 129896-8 | 1 | Unidade | MULTIEXERCITADOR; TIPO: CONJUGADO COM 06 FUNÇÕES; Estrutura: tubos de aço carbono; acabamento: Pintura a pó eletrostática e cortes a laser; multiexercitador com 06 funções distintas fabricado com tubos de aço carbono nas seguintes descrições: 1 - Flexor de pernas: mínimo 2 1/2 polegadas x 2 mm 2 - Extensor de pernas: mínimo 3/4 polegada x 1,50 mm 3 - Supino reto sentado: mínimo 2 polegadas x 2 mm 4 - supino inclinado sentado: mínimo 1 1/2 polegada x 3 mm 5 - Rotação vertical individual: mínimo 1 polegada x 1,50 mm 6 - Puxada alta: mínimo 1 1/2 polegada x 1,50 mm Pinos maciços rolamentados com rolamentos duplos; batentes de borracha; solda MIG; orifícios para a fixação do equipamento (chumbadores Parabout); especificações musculares em cada aparelho; Resistentes às ações climáticas. | 3.007,19 | 3.007,19 |
| 3 | 129900-0 | 1 | Unidade | PRESSAO PERNAS; TIPO: DUPLOCONJUGADO; Estrutura: tubos de aço carbono; acabamento: pintura a pó eletrostática e cortes a laser; aparelho fabricado em tubos de aço carbono de no mínimo 2 polegadas x 2 mm; 3 1/2 polegadas x 4 mm; 2 polegadas x 4 mm; 4 polegadas x 3 mm; Bancos arredondados com chapa de no mínimo 2 mm sem quinaz; Pinos maciços rolamentados com rolamentos duplos; Batentes de borracha; Solda MIG; Orifícios para fixação do equipamento (chumbadores com flange de no mínimo 240 mm x 1/4 com parafusos de fixação); Especificações musculares em cada aparelho; resistentes as ações climáticas. Permite a pratica de 02 (dois) usuários simultaneamente. | 1.420,28 | 1.420,28 |
| 4 | 129899-2 | 1 | Unidade | REMADA; TIPO: SENTADA; Estrutura: tubos de aço carbono; Acabamento: pintura a pó eletrostática e cortes a laser; Aparelho fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 2 polegadas x 2 mm; 1 1/2 polegada x 1,50 mm; 1 polegada x 1,50 mm. metalão de no mínimo 30 x 50 x 2 mm; chapa antiderrapante de no mínimo 3 mm; pinos maciços rolamentados com rolamentos duplos; batentes de borracha; solda MIG; Orifícios para fixação do equipamento (chumbadores PARABOUT); Tampão de plástico ou metal arredondado. Bancos arredondados sem quina, oferecendo segurança aos usuários; Carga máxima de 10 kg (total); Especificações musculares em cada aparelho. Resistentes às ações climáticas. Permite a pratica de 01 (um) usuário. | 1.309,05 | 1.309,05 |
| 5 | 129902-6 | 1 | Unidade | ROTACAO DIAGONAL; TIPO: DUPLO CONJUGADO; Estrutura: tubos de aço carbono; Acabamento: pintura a pó eletrostática e cortes a laser; aparelho fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 2 polegadas x 2 mm; 1 polegada x 1,50 mm; 3 1/2 polegadas x 2 mm; 3/4 polegada x 1,50 mm. Rolamentos duplos; solda MIG; orifícios para fixação do equipamento (chumbadores com flange de no mínimo 240 mm x 1/4, com parafusos de fixação); parafusos Allen de aço; bola de resina; Tampão de plástico ou metal arredondado. Resistentes às ações climáticas. Permite a pratica de 02 (dois) usuários simultaneamente. | 1.285,41 | 1.285,41 |
| 6 | 129897-6 | 1 | Unidade | SIMULADOR DE CAMINHADA; TIPO: DUPLO CONJUGADO; Estrutura: tubos de aço carbono; Acabamento: pintura a pó eletrostática e cortes a laser; aparelho fabricado com tubos de carbono de, no mínimo, 2 1/2 polegadas x 2 mm; 2 polegadas x 2 mm; 1 1/2 polegada x 1,50 mm. Chapa antiderrapante de no mínimo 3 mm; pinos maciços rolamentados com rolamentos duplos; batentes de borracha; solda MIG; orifícios para fixação do equipamento (chumbadores Parabout); Especificações musculares em cada aparelho; | 1.809,09 | 1.809,09 |

| | | | | | | |
|---|----------|---|---------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|----------------------|
| | | | | Resistente as ações climáticas. Permite a prática de 02 (dois) usuários simultaneamente. | | |
| 7 | 129901-8 | 1 | Unidade | SIMULADOR DE CAVALGADA; TIPO: DUPLO CONJUGADO; Estrutura: tubos de aço carbono; acabamento: pintura a pó eletrostática e cortes a laser; aparelho fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 2 1/2 polegadas x 2 mm; 2 polegadas x 2 mm; 1 1/2 polegada x 1,50 mm; 1 polegada x 1,50 mm; 1 1/2 polegada x 1,50 mm; ferro chato de no mínimo 2 1/2 polegadas x 1/4. pinos maciços rolamentados com rolamentos duplos; Batentes de borracha; solda MIG; orifícios para fixação do equipamento (chumbadores Parabout); tampão de plástico ou metal arredondado. Bancos arredondados sem quina oferecendo total segurança aos usuários. Resistentes às ações climáticas. Permite a prática de 02 (dois) usuários simultaneamente. | 1.602,78 | 1.602,78 |
| 8 | 1375849 | 1 | Unidade | PLACA ORIENTATIVA FRENTE E VERSO; fabricada com tubo de aço carbono de no mínimo 1,020, 2" x 2 mm, chapa 1.000 x 2.000 x 1.5 mm; 3" x 1,50 mm; pintura "epox" eletrostática, solda mig, orifícios para a fixação do equipamento de no mínimo 50 cm abaixo do concreto; adesivada frente e verso contendo todos os aparelhos com especificações de musculatura envolvida; a placa não pode conter quinas e sim moldura tubular. | 1.285,40 | 1.285,40 |
| | | | | | TOTAL | R\$ 14.091,60 |

Fonte: Secretaria de Estado de Esportes

O valor estimado para compra é **R\$ 14.091,60** (quatorze mil e noventa e um reais e sessenta centavos).

Equipamentos de ginástica para implantação de academias ao “Ar Livre”

| Equipamento | Imagem Ilustrativa do Equipamento |
|---------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| ESQUI; TIPO: DUPLO CONJUGADO; |  |
| MULTIEXERCITADOR; TIPO: CONJUGADO COM 06 FUNÇÕES; |  |
| PRESSAO PERNAS; TIPO: DUPLOCONJUGADO; |  |
| REMADA; TIPO: SENTADA; |  |
| ROTACAO DIAGONAL; TIPO: DUPLO CONJUGADO; |  |
| SIMULADOR DE CAMINHADA; TIPO: DUPLO CONJUGADO; |  |
| SIMULADOR DE CAVALGADA; TIPO: DUPLO CONJUGADO; |  |
| PLACA ORIENTATIVA FRENTE E VERSO; |  |

ANEXO 5

Espaço de Convivência – Orçamento dos Equipamentos

| Descrição do item | Quantidade | Imagem Ilustrativa do Equipamento | Valor Unitário (consulta site Leroy Merlin) | Valor Final |
|-------------------|------------|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|--------------|
| Banco de Praça | 8 |  | R\$ 634,00 | R\$ 5.072,00 |
| Mesa de Praça | 4 |  | R\$ 1.499,00 | R\$ 5.996,00 |

O valor estimado para compra é **R\$ 11.068,00** (onze mil e sessenta e oito reais).